

lousada
MSB
N

12ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ATA N.º 13/2023

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2023

-----Ao vigésimo oitavo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte três, pelas vinte e horas, reuniu, presencialmente e simultaneamente transmitida via streaming nas instalações do Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Lousada. -----

-----Às vinte e uma horas e quinze minutos, foi feita a chamada e verificou-se estarem presentes os seguintes Membros Municipais: -----

PRESENTES:-----

MEMBROS ELEITOS:-----

- 1 - Leonel Domingos Reis Vieira da Silva; -----
- 2 - Antero de Sousa Correia substitui José Bernardino Pinto Nogueira; ----
- 3 - **Sónia Cristina Lourenço Ribeiro substitui João Carlos Pinto Correia;**----
- 4 - Agostinho Gaspar de Oliveira Ribeiro; -----
- 5 - Eduarda Filipa Pereira Ferreira; -----
- 6 - João Carlos Sousa Teixeira da Fonseca; -----
- 7 - Rúben João Pinto Bessa; -----
- 8 - Maria José Pacheco Meireles Magalhães;-----
- 9 - Pedro Miguel Amaral Silva; -----
- 10 - Sónia Cláudia Fernandes de Oliveira;-----
- 11 - Vítor Carlos Almeida da Silva; -----
- 12 - Ana Cristina Leal Moreira;-----
- 13 - Adelaide Augusta Vieira Barata Gomes; -----
- 14 - **André António das Neves Magalhães substitui Ricardo Manuel de Bessa Marques;** -----
- 15 - Pedro Filipe Teixeira de Faria;-----
- 16 - Paulo Alexandre Pedro de Magalhães; -----
- 17 - Carlos Manuel Cunha Moreira; -----
- 18 - **Lara da Rocha Santos, substitui Joana Sofia Pacheco Nogueira;**-----
- 19 - **Maria de Lurdes Oliveira e Castro.**-----

OS PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA PRESENTES NA SESSÃO:-----

- 20 - Jorge Agostinho Magalhães Cunha, freguesia de Aveleda; -----
- 21 - Armando Jorge da Mota Moreira, freguesia de Lodares; -----
- 22 - Paulo Abílio Teixeira dos Santos, freguesia de Macieira; -----
- 23 - **Nuno Emanuel Moreira Fernandes, representante legal de Joaquim Ribeiro de Magalhães,** freguesia de Nevogilde;-----
- 24 - Diogo Agostinho Carvalho Aires, freguesia de Sousela;-----
- 25 - Elisa Maria Ferreira Cardoso Rosa Mesquita Pinto, freguesia do Torno;

- 26 - **Rosa Maria Moreira Nunes Ferreira**, representante legal de **António Fernando Morais da Silva**, freguesia de Vilar do Torno e Alentém; -----
- 27 - Eduardo António Sousa e Castro Taveira, freguesia da União das freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida);
- 28 - Eduardo A. Vilar Barbosa, freguesia da União das freguesias de Cristelos, Boim e Ordem; -----
- 29 --João Fernando Pinto de Magalhães, União das Freguesias de Figueiras e Covas; -----

lcastro
vcs
N

----- **Verificou-se estarem presentes 29 Membros Municipais**, bem como a presença do senhor Presidente da Câmara Municipal de Lousada, Dr. Pedro Daniel Machado Gomes e dos senhores vereadores: Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro (Coligação Acreditar Lousada), Manuel António da Mota Nunes (PS), Maria do Céu Vieira Rocha (PS), Carlos Manuel Soares Nunes (Coligação Acreditar Lousada), Nelson Ângelo Coelho Oliveira (PS) e António Augusto dos Reis Silva (PS). -----

-----Verificando-se a existência de quórum, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, Maria de Lurdes Oliveira e Castro, declarou aberta a Sessão. -----

-----PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- A Presidente da Assembleia Municipal começou por informar os membros municipais presentes dos seguintes assuntos: -----

----- Em virtude da impossibilidade do Membro Municipal, 1.º Secretário da Mesa, **José Bernardino Pinto Nogueira**, de estar presente nesta sessão, por motivos de saúde, é nos termos legais substituído na Mesa pelo 2.º Rúben João Pinto Bessa, ficando, por isso, a composição da Mesa incompleta. ----

----- Assim, cumprindo o disposto no n.º 5 do art.º 22.º do Regimento em vigor ("Na falta de um ou dois membros da Mesa, o membro restante nomeia os outros elementos necessários."), chamaram o membro Municipal para suprir a falta. Nesses termos, solicitou ao Membro Municipal, **Maria José Pacheco Meireles Magalhães**, para integrar a Mesa da Assembleia Municipal nesta Sessão como 2.ª Secretária. -----

----- Mais informou os solicitados pedidos de substituições nos termos do artigo 78.º da Lei 169/99 de 18 de setembro (versão atualizada): -----

- José Bernardino Pinto Nogueira (PS), substituído pelo cidadão Antero de Sousa Correia (PS); -----
- Ricardo Bessa Marques (PPD/PSD) substituído pelo cidadão André

António das Neves Magalhães (PPD/PSD), uma vez que o elemento a seguir na lista de candidatos à Assembleia Municipal de Lousada Maria Emília Pereira Teixeira (PPD/PSD), se encontrava indisponível para o mesmo. -----

- Joana Sofia Pacheco Nogueira (PS) substituída pela cidadã Lara da Rocha Santos, uma vez que o elemento a seguir na Lista de Candidatos à Assembleia Municipal de Lousada Óscar Miguel Sobral da Silva, se encontrava indisponível para o mesmo. -----
- João Carlos Pinto Correia (PS) substituído pela cidadã Sónia Cristina Lourenço Ribeiro (PS). -----

E

----- substituições nos termos do n.º 3 do artigo n.º 10 do Regimento da Assembleia Municipal de Lousada, em vigor: -----

→ Presidente da Junta de Freguesia Vilar do Torno e Alentém, António Fernando Morais da Silva (PS), informou que se faz representar pelo seu representante legal de Rosa Maria Moreira Nunes Ferreira. -----

→ O Presidente da Junta de Freguesia Nevogilde, Joaquim Ribeiro de Magalhães (PS), informou que se faz representar pelo seu representante legal Nuno Emanuel Moreira Fernandes. -----

Também informou que: -----

O Sr. Presidente da União de Freguesias de Nespereira e Casais, José Oliveira Nunes, apresentou justificação de falta a esta sessão Ordinária de 28 de dezembro de 2023, por motivos de saúde, a qual foi aceite/relevada, nos termos da alínea j) do art.º 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual; -----

----- A Presidente da Assembleia deu conhecimento das atas das reuniões de Câmara aos membros desta Assembleia Municipal: Ata n.º 43 de 07 de agosto de 2023; Ata n.º 44 de 04 de setembro de 2023; Ata n.º 45 de 18 de setembro de 2023; Ata n.º 46 de 12 de outubro de 2023; Ata n.º 47 de 30 de outubro de 2023 e a Ata n.º 48 de 13 de novembro de 2023. -----

-----De seguida colocou a discussão/votação da Ata da Assembleia Municipal n.º 12/2023, referente à Sessão Ordinária de 28 de setembro de 2023, não se tendo registado qualquer intervenção, foi colocada a votação, **a mesma foi aprovada por unanimidade pelos membros presentes participantes na sessão de 28 de setembro de 2023.** -----

-----Não participaram na votação os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na referida Sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo. -----

lousada
PS
A

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS GRUPOS MUNICIPAIS -----

-----A senhora Presidente da Assembleia deu início ao período de intervenção dos Grupos Municipais, dando a palavra aos Membros da Assembleia Municipal Presentes.-----

-----Intervenção do Membro Municipal, LEONEL VIEIRA, da Coligação Acreditar Lousada: «Boa noite a todos, senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restante Mesa, senhor Presidente de Câmara, senhora e senhores Vereadores, caros colegas da Assembleia, minhas senhoras e meus senhores, comunicação social. -----

-----Antes de mais desejar boas festas a todos e desejar-vos a todos um excelente ano de 2024, -----

Começo a minha intervenção por referir o seguinte, no final do mês de setembro e durante a primeira semana do mês de outubro, a Comissão Política do PSD de Lousada e dos seus autarcas, Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, visitaram a freguesia do Torno e algumas das suas instituições. No contacto com a população sentimos uma crescente preocupação quanto à diminuição da qualidade dos serviços públicos na Vila de Aparecida, nomeadamente nos serviços prestados pelos correios, pois há determinadas encomendas que não podem ser expedidas no posto do CTT, sediado na Junta do Torno, obrigando os cidadãos a deslocarem-se à Vila de Lousada ou a concelhos limítrofes. Sentimos, também, uma preocupação pela inexistência de uma rede de transportes públicos funcional e pelo encerramento do único banco que durante muitos anos serviu aquela comunidade. Por outro lado, alguns cidadãos deram-nos conta do desagrado por terem de percorrer mais de 30Km, repito, mais de 30Km para acederem ao Centro de Saúde de Lustosa, pois, para não ficarem sem médico de família, foram obrigados a trocar o Centro de Saúde de Lousada pelo de Lustosa. Esta situação, meus amigos, é intolerável. Cidadãos de Lousada obrigados a percorrerem mais de 30 Km para acederem a um Centro de Saúde para poderem ter direito a um médico de família, sendo na sua maioria como todos sabemos pessoas idosas e sem transporte próprio. Pior, não há transportes públicos na Vila da Aparecida para Lustosa. Estes utentes ou têm transporte próprio ou são obrigados a contratar transporte, com custos elevados face aos seus rendimentos, na maioria dos casos. É urgente encontrar alternativas para estes utentes do Centro de Saúde em Lousada ou em Caíde de Rei. Entretanto, outros utentes que são servidos pelo Centro de Saúde de Caíde de Rei, queixaram-se que não têm médico de família e muitos esperam quatro e cinco meses pela marcação de uma consulta. Senhor Presidente da Câmara, durante a nossa visita também encontramos algumas ruas a precisarem de obras de manutenção, sendo o caso mais flagrante a Rua de Guetiz. Visitamos a Ponte da Veiga. Património arquitetónico que integra

a rota do românico. Senti vergonha alheia! Monumento abandonado, escondido, depósito de algum lixo. Património valiosos e pouco valorizado, o que lamentamos. Espero que a Câmara Municipal de Lousada tome as medidas necessárias para salvaguardar este equipamento, este património que é nosso, de Lousada, mesmo integrando uma Instituição Intermunicipal. Senhor Presidente da Câmara, outra preocupação dos cidadãos do Torno com quem conversamos: os equipamentos públicos no largo da feira que estão ou estavam destinados a um bar e restaurante. Obras de reabilitação e ampliação iniciadas há dez anos. Uns afirmam que as obras estão concluídas, outras que ainda não. A verdade é que o edifício tem infiltrações e está a deteriorar-se. Ali foram gastos seguramente dezenas de milhares de euros do erário público para quê? Qual o destino para aquele equipamento, senhor Presidente da Câmara? Qual foi a participação da Câmara Municipal, em termos financeiros e/ou em materiais, naquele equipamento? O que nos tem a dizer o senhor Presidente da Câmara sobre este processo, sobre estas obras? Senhor Presidente da Câmara, visitamos o Aparecida Futebol Clube e confirmamos, o que há muito sabíamos, tratar-se de uma instituição cheia de vida, dinâmica e que desenvolve um notável trabalho a favor da comunidade, na área do desporto, na modalidade de futebol, principalmente na formação. Com a colaboração da Câmara Municipal de Lousada e sempre com os votos favoráveis dos Vereadores do PSD, o Aparecida Futebol Clube tem vindo ao longo dos últimos anos a renovar e a melhorar as suas instalações desportivas e sociais. Neste momento, o Aparecida Futebol Clube para poder desenvolver com mais eficácia e qualidade as atividades desportivas com os atletas da formação precisa urgentemente de um segundo campo de futebol. Salvo melhor opinião, e até depois de ouvirmos os dirigentes da Associação, entendemos que o terreno ideal será aquele que confronta a nascente com as atuais instalações da Associação e com a rua de Sezões. Assim, senhor Presidente da Câmara, recomendamos/propomos ao executivo da Câmara Municipal de Lousada, agora que o Plano Diretor Municipal de Lousada está em fase de revisão, que no próximo PDM aquele terreno que identifiquei junto ao campo de futebol do Aparecida Futebol Clube passe a ser considerado de espaço para equipamentos desportivos, de forma a garantir que o terreno apenas pode ter edificações e ou funções para fins desportivos. Obviamente que terá sempre de haver uma negociação justa com o proprietário ou com os proprietários. Senhor Presidente da Câmara, visitamos ainda o Moto clube Senhora Aparecida. Reunimos na sua sede com os seus dirigentes e encontramos aqui também uma associação jovem, mas com muitas atividades realizadas e muitas outras já planeadas. A sede é na antiga escola primária, foi cedida pela Câmara Municipal, com os votos favoráveis dos Vereadores do PSD, numa cedência a título de comodato. Este edifício, senhor Presidente de Câmara está a precisar de obras no telhado, mas a associação não dispõe de meios financeiros suficientes para realizar as obras necessárias. Assim, senhor Presidente, recomendamos/propomos que a Câmara Municipal, apoie com meios financeiros e/ou materiais o Moto Club Senhora Aparecida a mudar a

Castro
M. S. P.
R

estrutura da cobertura da sede e para acabar com as infiltrações. Senhor Presidente, senhores deputados, anunciou a Câmara Municipal de Lousada, há pouco mais de meio ano a aquisição de terrenos junto ao Santuário da Senhora Aparecida para que o arraial das Festas da Senhora Aparecida possa ter as condições desejáveis e há muito reclamadas pela população. A aquisição daqueles terrenos tem o parecer favorável do PSD de Lousada e dos seus autarcas, incluindo os que têm assento na Assembleia de Freguesia do Torno. No entanto, mais do que um espaço para as festas da Senhora Aparecida que se realizam apenas durante alguns dias do ano, defendemos que a Câmara Municipal de Lousada, pense, projete e execute para aqueles terrenos equipamentos que sejam verdadeiramente úteis à população, que seja um espaço funcional, moderno em termos arquitetónicos, paisagísticos e ambientais. Tem de ser um espaço de referência não só no concelho, mas no País. Queremos que aquele espaço seja, juntamente com o Santuário Senhora Aparecida, um local que atraia pessoas, mais turismo à Aparecida e a Lousada. Para a Aparecida será seguramente uma forma de fomentar o comércio local que tem vindo a perder força e dinamismo, como nos lamentaram as pessoas de Aparecida que conosco conversaram. Espero que a Câmara Municipal de Lousada, esteja à altura deste desafio! Senhor Presidente de Câmara, senhores deputados, minhas senhoras e meus senhores, entretanto também e agora no final de outubro último, o PSD de Lousada e seus autarcas visitaram outra freguesia, União das Freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida). Esta Freguesia, União de Freguesias, é certamente a que tem a menor dinâmica em termos associativos. E mesmo as associações que são conhecidas, a sua atividade desportiva, cultural ou recreativa é muito reduzida. Salvo melhor opinião, julgo que esta União de Freguesias precisa de um sobressalto cívico. Senhor Presidente da Câmara, em Cernadelo, o campo de jogos está abandonado, mas também não pode ser usado para a prática desportiva porque o piso está degradado. Este equipamento desportivo situa-se, como bem sabe nas traseiras do centro escolar de Cernadelo e que, estando em boas condições, poderia ser utilizado pelos alunos da escola para a prática desportiva e recreativa. Quanto à escola, verificamos que o logradouro atrás da escola está danificado, abandonado. Senhor Presidente da Câmara, no bairro social o logradouro está degradado, há falta de manutenção. No mesmo bairro social encontramos várias casas devolutas o que nos parece incompreensível quando todos sabemos que há escassez de casas no mercado e que há famílias que estão há muito tempo à espera de habitações. Senhor Presidente, ainda em Cernadelo, o Parque de Lazer do Ameal, junto ao Rio Sousa, espaço maravilhoso, está abandonado. Falta limpeza e os equipamentos estão todos vandalizados. É urgente revitalizar aquele espaço, pois se nada for feito a situação pode seguramente agravar-se, o que se lamenta, pois, o local, julgo como todos sabem é lindíssimo. Senhor Presidente da Câmara, o ecoponto no centro da freguesia está sistematicamente lotado, é preciso que a recolha dos resíduos seja efetuada mais vezes. Em São Miguel, em parte da Rua de

Costa
R.S.
N

Quintões não há iluminação pública e é reclamada pela população. Ainda em São Miguel, a ponte, na Estrada da Magantinha, precisa de um resguardo. A ponte localiza-se no final de duas descidas muito acentuadas e a seguir a uma curva muito fechada. Junto à ponte não há drenagem de águas pluviais e acumula frequentemente terra, areia e lixo. O local e a ponte precisam urgentemente de uma intervenção, de obras, para que os cidadãos e os veículos por ali possam transitar em segurança. Senhor Presidente da Câmara, a propósito da rede viária, podemos concluir que esta União das Freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida), o mau estado da rede viária e a falta de drenagem das águas pluviais é comum a quase todo o território. Mais um exemplo, na estrada de Plage, além da estrada estar em mau estado de conservação, na ponte (ponte de Plage), há um estreitamento da via. Há muito que a população reclama a colocação de sinalética a avisar este estrangulamento da rua, pois, na ponte não é possível a passagem de dois veículos em simultâneo. Uma coisa simples, apenas um sinal de trânsito. Senhor Presidente da Câmara, em Santa Margarida encontramos uma escola abandonada, porquê senhor Presidente? Quando sabemos que há associações que procuram espaços para instalarem as suas sedes sociais e realizarem as suas atividades. A propósito desta Escola de Santa Margarida, em 2015, o senhor Presidente da Câmara anunciou a vinda para Lousada, para a antiga escola de Santa Margarida, de um Centro de Formação Têxtil da Modatex, que se concretizou. Em 2017 era considerado um centro de excelência, um sucesso, uma mais-valia para as empresas de vestuário de Lousada. Em pouco tempo foi-se a euforia, foi-se o sucesso, foi-se o projeto com pés-de-barro. O centro de formação fechou e a escola encerrou. Senhor Presidente da Câmara, quais os motivos que levaram ao encerramento do Centro de Formação na Escola de Santa Margarida? Ainda mais, senhor Presidente da Câmara, tal como na visita que realizamos à Aparecida, há dois problemas que se repetem também na União das Freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida): a falta de transportes públicos, principalmente em Cernadelo; e os utentes que são obrigados a recorrer ao Centro de Saúde de Lustosa para terem direito a um médico de família. Foi-nos dito que nesta União de Freguesias, maioritariamente em Cernadelo, há mais de 100 utentes que para terem acesso a um médico ou a um tratamento têm de percorrer mais de 27 km para chegarem ao Centro de Saúde de Lustosa e pelos seus próprios meios. Muitos destes utentes são como sabem idosos, sem transporte próprio e com reformas pequenas. Esta situação, senhor Presidente de Câmara é injusta e intolerável. A Câmara, agora que assumiu responsabilidades na área da saúde tem a obrigação e o dever de resolver este problema o quanto antes. Senhor Presidente da Câmara, devo referir ainda que alguns cidadãos, residentes nesta União das Freguesias, mas utentes no Centro de Saúde de Caíde de Rei, também não têm transportes públicos para acederem ao Centro de Saúde de Caíde de Rei. Dos cidadãos desta União de Freguesias, e ainda na área da saúde, também ouvimos outras queixas, como: no Centro de Saúde de Lousada não consigo falar com o médico de família. Espero quatro e cinco

castro
AA
R

meses por uma consulta. Enfim, senhor Presidente da Câmara, esta é apenas uma amostra do estado da arte em Lousada. E, nunca a Câmara Municipal de Lousada teve tanto dinheiro ao seu dispor. É hora de agir!» ---

----- **Intervenção do Membro Municipal, EDUARDA FERREIRA, Partido Socialista:** «Excelentíssima senhora Presidente da Mesa e restantes Membros, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara e restantes membros do executivo, excelentíssimos membros desta Assembleia Municipal e restantes membros aqui presentes. Relativamente à intervenção do Dr. Leonel, antes de mais, permita-me corroborar as suas palavras quanto aos votos de boas festas a todos os lousadenses, esperando que tenha sido uma época e a continuação de uma boa e feliz época. Relativamente àquilo que nos veio aqui trazer, obviamente que há aqui situações que também nos preocupam, obviamente que sim, esta situação da diminuição de qualidade do CTT, do encerramento do banco, obviamente que nos preocupa a todos. Estamos aqui um bocadinho no âmbito da iniciativa privada e, portanto, é um bocadinho difícil, como nós sabemos, acontece muito e tem acontecido muito nos últimos anos o encerramento de bancos, por todo o país. Obviamente que traz transtorno à população e não vemos aqui nenhum tipo de dinâmica oposta, ou seja, não temos visto bancos a abrir fillais, temos visto sim, o seu encerramento em massa. Aliás, amplamente difundido na comunicação social. Relativamente às questões das associações, pois com certeza que compreendemos a situação. Há aqui, se calhar, algumas lacunas que podiam ou melhor, idealmente, podiam ser suprimidas, mas também temos de pensar no lado oposto da batalha, digamos assim, que é gerir dinheiro público e perceber que não estica. Portanto, obviamente que estas associações têm todo o mérito, reconhecemos isso, desejaríamos nós que todas tivessem condições ideais, mas realmente não dá, não conseguimos esticar o dinheiro público para todas e todas ao mesmo tempo. Acho que este executivo já tem feito aqui um trabalho meritório quanto às associações locais, atribuindo verbas, estou a lembrar-me agora na questão dos relvados, dos sintéticos, portanto tem aqui dado boas ajudas às associações para premiar também aquilo que é o trabalho meritório das mesmas, no concelho. Relativamente à situação dos médicos, ouvi com muita atenção o que me disse, é curioso, porque aquilo que realmente é informação - ainda há pouco tive a oportunidade de questionar sobre essa situação - que me chegou, da parte da ACES, foi que efetivamente havia uma cobertura total de médicos de família para toda a gente. Agora aquilo que realmente relata aqui das pessoas terem de se deslocar a Lustosa, eu creio que isto terá acontecido em determinada altura quando alguns médicos se deslocaram para Lousada e os utentes acompanharam estes médicos e depois os médicos começaram a iniciar funções em Lustosa. E voltaram os utentes a acompanhar o médico. Agora também me parece e o senhor Presidente também me dirá se estou errada, parece-me a mim que será oportuno esses lousadenses poderem pedir agora, nesta fase, o retorno a um novo centro de saúde, ao local onde assim o desejarem.

ciente da importância que esse serviço tem para as pessoas, passou a garantir esse serviço. Naturalmente que ele terá as suas debilidades, mas seguramente por vontade da Junta seria um serviço perfeito, só que não é um serviço da própria Junta, portanto, a Junta só está a coadjuvar na medida do possível, mas depois eu falarei melhor com a senhora Presidente da Junta e aproveitando estas reuniões que temos vindo a ter com os representantes dos CTT, podemos ver de que forma é que se poderá melhorar essa qualidade de serviço. -----

----- Relativamente aos transportes, referiu essa dificuldade quer no que respeita ao Torno, quer no que respeita à União de Freguesias de Cernadelo, São Miguel e Santa Margarida. A Eduarda já referiu e eu já referi aqui também na Assembleia e também na última ou penúltima reunião da Câmara que estamos a entrar numa nova fase, a partir de 1 de agosto, na fase de exploração do contrato da concessão dos transportes. Neste momento, os municípios do Tâmega e Sousa estão a fazer uma análise para ver se é possível introduzir algumas melhorias na qualidade de serviço, com alterações, eventualmente, de horários de circuitos ou com o incremento de alguns circuitos, mas como já disse aqui, mais do que uma vez, quando se incrementa um serviço, se o mesmo não for sustentável, quem o mandar fazer tem de o pagar. E por isso é que é importante que nessa análise que estamos a fazer, haja outras ferramentas para resolver aqueles problemas em que há necessidade, mas há pouca procura, insuficiente para justificar a existência de carreiras regulares. E, portanto, para essas situações e para que ninguém fique para trás, a resposta adequada é o transporte a pedido que já está implementado, numa primeira fase, em três concelhos, e a partir de 1 de janeiro, na próxima semana, vai ser alargado a Celorico e Castelo de Paiva. Iniciou em Resende, Baião e Cinfães, e a experiência foi muito bem-sucedida. Aliás, na última Assembleia Intermunicipal uma deputada intermunicipal de um dos concelhos abrangidos, enalteceu a medida e disse que ela precisa é de ser mais divulgada porque ainda há muitas pessoas que desconhecem a sua existência. Quer a CIM, quer cada um dos municípios, naturalmente, vamos fazer esse trabalho de divulgação. Mas o que está previsto e assumido já no Conselho intermunicipal é que esta medida inicie também no dia em que vai iniciar o novo contrato de concessão de transporte público rodoviário, que será no dia 1 de agosto. A partir de 1 de agosto, estou convencido que se vai notar uma diferença grande em toda a comunidade intermunicipal naquilo que é a oferta de transporte público. -----

----- Relativamente à questão do fecho do balcão do Banco, todos nós lamentamos isso, não é sequer uma notícia recente, já aconteceu há alguns anos. Nem a Câmara, nem a Junta de Freguesia poderá fazer nada quanto a isso, são as dinâmicas económicas e as políticas da banca centradas numa lógica de rentabilidade e cada vez mais restritivas no que respeita à vertente que também lhe compete de serviço público. O que disse sobre o facto de os utentes da freguesia do Torno e os utentes da União de Freguesias de Cernadelo, de São Miguel e de Santa Margarida serem obrigados a deslocarem-se para Lustosa, isso não é verdade! Nós já

no-B

Re

Depois em relação ao transporte, o transporte até seria uma das questões que aqui, se calhar, abordaremos em sede de orçamento. Nós já sabemos que há aqui uma delegação de competências para a CIM. E, esta questão da mobilidade vai melhorar, vai haver aqui um serviço novo de transporte, uma situação muito interessante que também falarei em sede de orçamento, que é o transporte a pedido, que já foi aprovado e vai iniciar em agosto do próximo ano, que é um serviço chamado Liga e que já vai abranger Lousada no próximo ano, que é exatamente o transporte a pedido para ser mais sustentável, mais direcionado, mais focalizado na necessidade do cidadão. Parece-me a mim que esta será uma boa alternativa.» -----

Lousada
R

-----Resposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, PEDRO

MACHADO: «Muito boa noite a todas e a todos, com um cumprimento especial à senhora Presidente da Assembleia. Respondendo ao Dr. Leonel Vieira sobre as visitas que fez e começando pela questão da diminuição da qualidade de serviço dos CTT, essa diminuição de qualidade de serviço, infelizmente, não é de agora, já tem anos e se não fosse o esforço que, no caso em concreto a Junta de Freguesia faz, não havia serviço nenhum sequer. Na minha perspetiva foi um erro o Estado ter privatizado este serviço público essencial da distribuição postal. No que respeita à entrega de encomendas, há ofertas alternativas e a concorrência funciona, mas a distribuição postal, na minha ótica, tem sido relegada para segundo plano pela empresa CTT. Isso é um problema geral, não é um problema só de Lousada. No âmbito da CIM já tomamos uma posição conjunta de protesto e enviamos para o Conselho de Administração dos CTT, para a ANACOM e para o Ministério das Infraestruturas que tutela a empresa. Entretanto, tivemos resposta da ANACOM, no sentido de que efetivamente tinham detetado algumas inconformidades, pelo menos naquela altura em que nos responderam, e que tinham advertido a empresa para as corrigir. Entretanto, mais recentemente, numa reunião que tive com representantes da empresa, foi-me reportado que a esse nível da distribuição postal as coisas agora estarão melhores, porque houve um reforço do pessoal e uma maior estabilização do quadro de pessoal, porque é uma área em que as permanentes mudanças de assistentes operacionais que fazem essa distribuição não ajuda nada, porque não é de um dia para o outro que se fica a conhecer os giros, que se fica a conhecer as pessoas e, portanto, a informação que temos é que o serviço tem melhorado nos últimos tempos. Aliás, na sequência de uma sugestão que o senhor vereador Dr. Carlos Nunes fez, reunimos com os CTT no sentido de procurar ter em Lousada um centro de distribuição, para dar maior qualidade e maior resiliência ao serviço da distribuição postal, mas que não resolve estes problemas em concreto dos balcões de proximidade. Muitas das vezes essa dita proximidade que é desejável que aconteça, só existe porque alguma empresa se dispôs a fazer esse trabalho que competia aos CTT, e isso já aconteceu, por exemplo, em Caíde, que durante muito tempo teve esse serviço assegurado por uma empresa. No Torno, foi a própria Junta que

dissemos aqui, mais de que uma vez, que ninguém é obrigado a deslocar-se para fora daquilo que é a esfera de influência da sua residência em termos de saúde. Portanto, no caso do Torno a unidade de saúde que abrange aquela área de residência é Caíde. Ou seja, os utentes dessa freguesia podem, naturalmente, pedir a transferência para Caíde. Isso já foi dito e repetido mais do que uma vez. Pode ter havido algumas dificuldades no passado, mas tenho a garantia do Diretor Executivo do Aces de que isso é perfeitamente possível, que muitas das vezes são os próprios utentes que preferem acompanhar o médico de família, porque alguns tiveram mobilidade no âmbito da criação da USF. Quando foi criada a USF de Santiago de Lustosa, houve médicos do centro de saúde de Lousada que foram para lá e muitos dos utentes preferiram acompanhar os médicos. É um direito que lhes assiste. Mas as pessoas não são obrigadas a ter de se deslocar a outro centro de saúde. O que eu aconselho é que essas pessoas, se tiverem essa dificuldade, se não conseguirem resolver, que nos contactem a nós, Câmara Municipal, para que nós, perante os casos concretos, possamos indagar junto do Aces, para saber, exatamente, o que é que se passa e que soluções é que se poderão encontrar para esses problemas. Ainda sobre a questão da saúde, por muitas vezes que se diga uma mentira, ela não passa a ser verdade e, portanto, felizmente nós aqui no concelho não temos o problema que existe em muitos outros concelhos que não têm a capacidade para atrair profissionais de saúde, nomeadamente médicos. Em Lousada, felizmente, não temos esse problema, atualmente, temos cobertura total, mas o facto de termos cobertura total não quer dizer que todos os nossos concidadãos tenham médico de família atribuído, em Lousada. E porquê? Porque há muitos utentes que preferem estar inscritos noutras unidades de saúde de concelhos vizinhos. Por exemplo, isso é normal e acontece muito nas freguesias limítrofes, como é o caso de Meinedo, como é o caso de Figueiras. Mas há outros que, pura e simplesmente, não procuram esse serviço porque estão servidos com subsistemas próprios e, portanto, não procuram esse esse serviço. Agora ter alguém que está à espera para ter um médico de família atribuído, que fez esse pedido e que não lhe foi atribuído, a garantia que eu tenho também do Aces é que isso não existe e não há razão nenhuma para isso. Concretizando, se houver algum caso, se alguém tiver algum conhecimento, informem, digam para pedir ajuda na Câmara Municipal e nós tentamos dirimir esse assunto com o próprio Aces, senão é uma conversa inconsequente, porque vocês dizem que é de uma forma, nós temos a informação que é de outra, e assim não nos entendemos. O que eu aconselho é identificar esses casos concretos e depois nós indagamos para ir ao fundo da questão. -----

----- Relativamente a uma série de intervenções que sugeriu, algumas delas já estão previstas. Outras tomei boa nota para ver o que se pode fazer. Quanto à questão da ponte da Veiga, havia ali um problema com a área envolvente. Nós chegamos recentemente a acordo com o proprietário de um terreno limítrofe no âmbito daquela requalificação que fizemos na Avenida de Paços, com a construção de passeios, e nesse cruzamento

lcastro
RSP
R

também chegámos a acordo para adquirir ali uma faixa de terreno, portanto, e existe já um estudo prévio da requalificação daquela zona porque, efetivamente, estava com aspeto de abandono, de uma zona não tratada. Mas da última vez que lá fui com a Senhora Presidente e com o nosso Diretor de Departamento não estava lá lixo depositado, mas se alguém depositou lixo, tem de se tentar identificar o responsável e limpar. Está previsto uma intervenção naquele local, por isso, a Câmara Municipal atribui a importância devida a este monumento. Não sei se vocês sabem, mas há uns anos, já não sei precisar, seguramente há mais de 20 anos, aquela ponte ruiu com uma intempérie e, entretanto, foi reconstruída. No fundo já não é o edifício original, é um edifício reconstruído, mas que obedeceu à traça original. Temos noção da importância que o monumento tem e está previsto adquirir uma pequena faixa de enquadramento e a requalificação daquele espaço. -----

----- Relativamente ao equipamento que referiu do bar, é a primeira vez que ouço isso que disse de que o edifício está com infiltrações e acho estranho até porque está fechado. Não sei quem é que lhe deu essa informação. Aquela obra foi incluída no projeto de regeneração urbana da Vila de Aparecida. O projeto foi desenvolvido, já na altura, no sentido de se criar um bar/quiosque. A Junta de Freguesia abriu um concurso público, já há umas semanas, não sei se neste momento já está adjudicado, ou não, mas se não estiver, estará prestes a estar ao serviço da população. -----

----- Relativamente ao que referiu do segundo campo do Aparecida, esse desejo também já me foi manifestado pelo Presidente do Clube e ele próprio percebeu que, atualmente, o Município não tem quaisquer condições para atender a essa solicitação, porque temos mais prioridades, outras prioridades maiores do que esta, porque ninguém iria compreender que o Município estivesse a fazer segundos campos quando ainda tem outros investimentos a fazer noutros clubes que legitimamente também aspiram por requalificações e creio que ele percebeu isso. Essa sugestão que o Dr. Leonel referiu é, porventura, a mais óbvia, mas é um exercício complicadíssimo porque o terreno é apto para construção. No mandato anterior, quando queríamos fazer as obras que lá fizemos de ampliação dos balneários, tivemos de adquirir um trato de terreno para o efeito. Havia quem dissesse que era de todo impossível, porque no passado já tinham feito essa tentativa de aquisição de terreno para ampliar os balneários e que o proprietário se negou, determinantemente, a fazê-lo. Mas depois foi-nos transmitido pelo próprio que ninguém lhe teria apresentado qualquer proposta, séria e firme, nesse sentido. Não foi fácil, mas conseguimos chegar a acordo, mas tivemos de pagar a área como terreno de construção, porque efetivamente no PDM é terreno de construção. E essa proposta que apresentou de o reclassificar na revisão do PDM não resolve o problema. Aliás, até pode agravar o problema, porque não é à força que este tipo de problemas se resolve, porque os terrenos que são classificados como equipamentos não deixam de ser terrenos urbanos, terrenos aptos para construção e, portanto, das duas uma, ou há um acordo para a sua aquisição, ou tem que se recorrer à expropriação e eu, muito

Leostro
10-3-20
A

honestamente, não recomendo a ninguém o uso da expropriação para grandes áreas, que é o caso. Não recomendo de todo! Na altura o proprietário não abdicou daquilo que considerava o preço justo, o valor de mercado. A área que adquirimos não foi muita, mas adquirir área suficiente para um novo campo é um investimento brutal. Não estou a dizer com isto que não tem sentido, estou a dizer que neste momento, face aos investimentos que temos planeados, não é o mais prioritário. Mas espero que um dia haja condições para isso, o que não vai ser fácil porque o terreno naquele local é um terreno caro. -----

Relativamente ao motoclub, não sei se os senhores vereadores têm reporte de alguma necessidade, mas a mim ninguém me fez chegar esse reporte. Nós sempre estivemos disponíveis para colaborar com todas as associações que tenham dinâmica, que tenham atividade e, portanto, o motoclub não é exceção. Aliás, a escola onde estão sediados é património do município e, portanto, nós, mais do que ninguém, temos todo o interesse de preservar aquilo que é o nosso património, portanto, haveremos seguramente de encontrar uma solução. Temos de falar com a direção do clube, porque, recentemente, ninguém falou comigo sobre isto, tenho de ver depois com os seus vereadores se foi sinalizada alguma necessidade. -----

----- Relativamente ao terreno adquirido, disse aqui que era há muito reclamado pela população, mas não sei por quem, porque a mim ninguém disse. Esse terreno foi adquirido porque fui eu que sugeri à Comissão de Festas da Romaria da Senhora Aparecida que pensassem em algo do género. Eu creio que já contei isto também na reunião de Câmara, que aquando das comemorações dos 200 anos da Romaria da Senhora Aparecida, eu recebi a Comissão de Festas, largos meses antes. Estavam a preparar as comemorações dos 200 anos e queriam fazê-lo condignamente e deixar uma marca para o futuro. E tinham diversas ideias, desde uma escultura e muitas outras sugestões. Eu fui dizendo que uma escultura, para ter qualidade, seria um investimento enorme. Desafiei-os a pensar em algo com benefícios para o futuro e perguntei-lhes qual seria a maior dificuldade para a Romaria. Não seria a questão da falta de espaço? É sempre um exercício muito difícil, por exemplo, a questão dos divertimentos, já estiveram num local, agora estão noutro, e o local onde estão atualmente é um local privado, portanto, a todo o momento, havendo ali construção vão ter de fazer aquilo que se faz aqui na Vila. Aliás, o mesmo poderá acontecer noutros locais, nomeadamente, em Nevogilde, onde os divertimentos também são colocados em terreno privado, e os próprios concertos também são feitos num terreno privado. Quanto a Nevogilde, estamos a resolver o assunto, aliás, já adquirimos uma propriedade ao lado da Capela da Senhora da Ajuda e adquirimos recentemente mais um terreno atrás dessa propriedade e vamos ficar com uma área suficiente para fazer os concertos da Festa da Senhora da Ajuda e também vamos adquirir o terreno necessário para os divertimentos e fica resolvido para todo o sempre o problema das Festas da Senhora da Ajuda. Naturalmente, sempre com esta preocupação de aquilo que se fizer

depois, em termos de obra, seja não só para as festas, mas para os outros 360 dias. Que seja depois um investimento útil para o dia a dia dos nossos concidadãos, sobretudo, dessas freguesias. E que sejam um contributo para a sua qualidade de vida. No caso da Romaria da Senhora Aparecida o raciocínio foi exatamente o mesmo, foi termos ali um espaço que desse resposta àquilo que são as necessidades da Romaria, mas que fosse também um espaço, um parque urbano, que pudesse ser aproveitado nos outros dias do ano e que durante as festas possa ser aproveitado para esse efeito. A nossa preocupação principal foi a aquisição do terreno. Aliás, nos últimos anos, temos feito um esforço orçamental brutal para a aquisição de terreno. Há dias pedi ao meu Chefe de Gabinete para fazer esse exercício de verificar todos os terrenos que temos adquirido, porque a perceção que eu tenho é que nunca a Câmara adquiriu tantos terrenos, como ultimamente. E eu acho, modéstia à parte, que isso é ter visão de futuro, porque podemos ter muitas ideias, podemos até ter recursos financeiros para fazer obras, mas há terrenos que são essenciais, sobretudo pela sua localização e, portanto, se nós não tivermos esse cuidado de com tempo, com antecipação, reservarmos e conseguirmos a aquisição desses terrenos, depois não vale a pena porque já será tarde demais. -----

-----Relativamente à intervenção que fez sobre as necessidades da União de Freguesia Cernadelo, São Miguel e Santa Margarida quanto ao parque de jogos, vamos requalificar esse e outros. Já dei nota ao Senhor Presidente da Junta da UF de Silvares, Plas, Nogueira e Alvarenga, que também vamos incluir o de Alvarenga. Havia uma perspectiva de abranger o da Associação de Figueiras, mas a ideia da Direção é outra, no sentido de estudar a possibilidade de fazer um pavilhão, que é um anseio antigo, embora haja limitações de espaço, portanto, estamos a fazer esse estudo. Há ainda outros, como o da Associação Recreativa e Cultural de Plas. São investimentos comedidos e, portanto, estamos a estudar o assunto para tentar avançar ainda este ano com esses investimentos. -----

-----Relativamente à habitação social, não sei que notícia é que lhe deram, mas não há casas devolutas. Pode haver uma casa ou outra que esteja com um processo de rescisão, nomeadamente por haver indícios de não uso, de não utilização, e quando assim é, a Câmara toma medidas, mas temos de cumprir as formalidades. Já fizemos isso, mais do que uma vez, e o problema resolve-se dessa forma. -----

----- Quanto ao parque do Ameal, atualmente já está solucionado um dos grandes problemas que aquele espaço teve. Por mais requalificações que se façam, se não houver uma utilização permanente de alguém que esteja lá diariamente, será muito difícil controlar aquele espaço, pela sua localização resguardada, com muita privacidade. Pelo que sei, atualmente, essa utilização de forma permanente já foi conseguida. O Senhor Presidente da Junta já me reportou a necessidade e o interesse de fazer lá melhoramentos e ficamos de marcar também a curto prazo uma visita ao local para ver o que fazer, mas sempre com esta garantia de que todo o investimento que se faça lá tem de ser acompanhado de vivência permanente. O desejável era que fosse uma associação a propiciar essa

castro
MSB
12

dinâmica, mas, efetivamente, esta União de Freguesias tem esse problema que referiu de pouca dinâmica em termos associativos. O que interessa é que haja alguém que esteja lá de forma permanente e que possa sinalizar qualquer problema logo à nascença, porque, se entrar num processo de degradação, depois é muito difícil de inverter essa tendência. Este foi o principal problema daquele espaço verde que, pelo que sei, atualmente, está ultrapassado. -----

----- Relativamente aos ecopontos, tomei nota, vamos verificar se se justifica colocar mais algum. O mesmo quanto ao que referiu, também, em relação aos resguardas e à sinalização. -----

----- Quanto à escola de Santa Margarida, o porquê do encerramento da Modatex? Porque cumpriu a função para a qual foi aberta e depois ficou com pouca procura. De qualquer modo, no novo centro de formação do Tâmega e Sousa, a ideia é aproveitar também aquelas valências para dar a resposta que era dada ali. Não sei se não terá visto, ou não terá lido as atas da reunião de Câmara, porque numa das atas da reunião da Câmara, entre a última Assembleia e esta, está lá a cedência da escola à IPSS de Macieira, porque apresentaram uma candidatura no âmbito de uma resposta social que muita falta faz ao Concelho na área da saúde mental, portanto, estamos confiantes e desejosos que essa candidatura seja aprovada porque, efetivamente, ia ser muito importante para darmos uma resposta nesta área, que é tão necessária e, por outro lado, também resolvíamos aquele problema, embora o facto de termos terrenos e edifícios disponíveis nunca é um problema, porque a todo momento surge uma oportunidade e é esse o caso. Nós temos outro edifício que nos preocupa também, em Sousela, onde desejamos que haja também um equipamento social. Já foi tentado no passado e não se conseguiu, mas não desistimos e a todo o momento confiamos que possa existir uma solução a contento de todos e reforçando aquilo que são as nossas respostas sociais. -----

----- Relativamente à questão dos utentes, aquilo que disse sobre os utentes do Centro de Saúde do Torno também se aplica em relação a Cernadelo, São Miguel e Santa Margarida. Portanto, se alguém acha que está a ser obrigado a ir para Lustosa, não há razão nenhuma para isso acontecer. Nós temos condições para lhe dar resposta naquilo que é a unidade de saúde da sua residência e, portanto, se houver alguma dificuldade, o conselho que eu dou é que as pessoas nos contactem para nós tentarmos debelar esse problema.» -----

-----PERIODO DA ORDEM DO DIA-----

-----Finalizadas as intervenções, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início ao **PERIODO DA ORDEM DO DIA**, dando a palavra aos Membros da Assembleia Municipal PRESENTES, com os seguintes pontos a deliberar: -----

lcastri
R
R
R

1. -----Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município; -----

----- Intervenção do Membro Municipal ANA LEAL MOREIRA, da Coligação Acreditar Lousada: «Muito boa noite a todos começo por cumprimentar a Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Presidente de Câmara, excelentíssima Vereadora, Vereadores, Deputados Municipais, Presidentes da Junta de Freguesia, público, comunicação social, -----
Hoje não venho falar aqui sobre política de transportes, sobre Bolsas de Estudo, sobre Festivals Vila ou Planos Municipais de Juventude, hoje venho mais uma vez falar sobre a Habitação Jovem em Lousada e questionar o Sr. Presidente em que estado estamos no processo? Há mais de 1 ano, foi aprovada uma Moção nesta Assembleia Municipal, que continha medidas como a isenção de IMT ou também a isenção de Taxas de Licenciamento para os Jovens Lousadenses, bem sabemos que é necessária a criação de um regulamento que regule este tipo de benefícios fiscais. E, o senhor Presidente de Câmara disse na última Assembleia Municipal que estava a tratar disso, o que é certo é que nós precisamos de saber efetivamente se o Sr. Presidente está em condições para dia 01/01/2024 anunciar este tipo de benefícios fiscais, porque estamos em mais uma Assembleia Municipal onde daqui a pouco se irá aprovar o Plano e Orçamento e não temos nada e só nos faz pensar que as decisões que são tomadas nesta Assembleia Municipal não têm qualquer tipo valor no que toca, por exemplo, ao IMT, os Municípios de Penafiel, de Setúbal, de Matosinhos, já apresentaram e aprovaram a isenção do IMT para os jovens até aos 35 anos, na compra da sua primeira habitação. Aliás, também temos o Município de Lisboa, que já vem com essa proposta em cima da mesa já há largos meses, portanto, por isso eu peço encarecidamente ao Sr. Presidente de Câmara que coloque a criação deste regulamento e que leve efetivamente à reunião da Câmara Municipal como uma prioridade, porque é urgente dar uma resposta a estes jovens num tema que é tão sensível e atual como a habitação, onde tudo o que o Município possa fazer é uma mais-valia e uma vantagem para os Jovens Lousadenses. Obrigada.» -----

----- Intervenção da Membro Municipal, PEDRO AMARAL, Coligação Acreditar Lousada: «Boa noite, começo por cumprimentar a Mesa, na pessoa da Sra. Presidente, o executivo na pessoa do Sr. Presidente, os colegas deputados, a comunicação social, os lousadense que nos seguem aqui e em casa. A propósito das informações escritas, gostava de fazer referência a dois pontos, dos quais me parece importante dar nota aos Lousadenses. Uma primeira nota breve tem que ver com a informação de que o Município concluiu +20 km de rede de águas residuais em diferentes freguesias. Na campanha eleitoral em 2021, o Sr. Presidente, confrontado precisamente com esta questão, afirmou sempre que se tratava de casos

lousada
Ana
2

pontuais e que a rede e cito o debate de 2 de setembro, vai ser concluída agora, a curto prazo, palavras suas. Pois bem, passaram 2 anos completos, Sr. Presidente, das duas uma ou a situação do concelho em 2021, era muito mais deficitária do que o senhor fez crer aos lousadenses e, a rede nunca iria estar concluída a curto prazo, como tantas vezes afirmou. Ou o problema de facto era pequeno como na altura, disse, mas tão pouco relevante para este executivo que só agora se encontra resolvido, em que ficámos? E, portanto, aquilo que eu gostaria de saber é em concreto, quais são as freguesias onde foram concluídos estes 20 km de rede? E, mais, se ainda existem populações sem acesso à rede e, se sim, quanto é que falta concluir e com seriedade, frontalidade aqui perante os lousadenses, quando é que está concluída? Para além disso, nas informações escritas do Sr. Presidente, vem também referido que Lousada foi e cito, considerado o segundo município mais transparente do país. Tendo em conta a forma como as coisas funcionam por cá, fiquei curioso e fui pesquisar melhor e a este respeito, vou escusar-me de fazer considerações sobre a apreciação que o avaliador efetuou de cada indicador de transparência que compõe o estudo. E não o vou fazer por questões manifestamente subjetivas e, porque este ranking no fundo apenas avalia se o Município dispõe de links para publicação de informações municipais e não avalia a relevância das informações efetivamente transmitidas. Primeiro, exemplo, link da relação de veículos oficiais à disposição de cargos municipais, remete simplesmente para o inventário de veículos da autarquia, tratores, atrelados, bicicletas sem utilizador, sem modelo, sem valor aproximado, que era o que se pretendia. Segundo, exemplo, link para a lista de bens e serviços adquiridos por adjudicação direta, simplesmente remete para a basegov no fundo ter link ou não ter só releva mesmo para efeitos de pontuação. Ou seja, este ranking não avalia se as informações disponíveis nos links criados permitem o acesso à informação de forma intuitiva pelo cidadão médio ou se, pelo contrário, não passam de uma mera remissão para documentos técnicos conexos ou incompletos, impossibilitando ao cidadão comum obter a informação pretendida. Em suma, a posição dos municípios participantes resulta de uma fórmula matemática, X links ativos correspondem a x por cento e x por cento corresponde por comparação a x lugar. Por isso mesmo, a propósito desta questão de transparência municipal, questão que consideramos fundamental e bandeira do PSD e do CDS, nas últimas eleições tenho algumas questões a propósito do alegado reconhecimento externo, da ação transparente e acessível de que se arrogam. Primeira questão, é ou não verdade que este ranking é comparativo e conta apenas com avaliação de menos de metade dos municípios portugueses? Segunda questão, é ou não verdade que, ao contrário dos outros municípios que foram avaliados diretamente por colaboradores da Dyntra, a avaliação de Lousada foi auto efetuada pelo vereador Nelson Oliveira? Terceira questão, é ou não verdade que, apesar da classificação global do Município, continuam a existir áreas relativas à transparência, no investimento em obras, infraestruturas em que o Município corresponde apenas a 20% dos critérios, não disponibilizando, por exemplo, indicadores

Castro
P. B.
M

relativos à informação sobre obras em execução, projetos, cadernos de encargo, critérios de licitação, obras realizadas, pendentes de execução. Dizem de facto que à mulher de César não basta ser, é preciso parecer! A este executivo há muito que basta apenas parecer. Transparência meus caros, era o Município ter os serviços 100% online há pelo menos um mandato atrás. Transparência era assumirmos todos com frontalidade as vossas políticas de contratação para o Município, em vez de se fingirem muito surpreendidos quando este tema é trazido à Assembleia. Transparência era haver um regulamento com regras e procedimentos claros, por exemplo, para a participação na Vila Natal. Transparência era sabermos quem está a fazer a gestão da pista do gelo e para onde vai a receita. Este é o nível da transparência que vos caracteriza meus caros, a vossa transparência termina a onde terminam as objetivas da imprensa e as redes sociais, disse.» -----

----- **Intervenção da Membro Municipal, ANDRÉ MAGALHÃES, Coligação**

Acreditar Lousada: «Boa noite, começo por cumprimentar a Sra. Presidente da Assembleia, restante Mesa, Sr. Presidente da Câmara, restantes Vereadores, Srs. Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia, público, comunicação social, lousadenses. -----

Senhor Presidente, estive a ler a informação escrita por si para esta sessão da Assembleia Municipal e, não pude estranhar o enorme lapso quando digo enorme lapso, quer mesmo acreditar que foi esquecimento... Falo na informação prestada, relativamente, ao Centro de Formação Profissional do Tâmega e Sousa, que nascerá em Caíde de Rei. Então vejamos e passo a ler, o centro terá capacidade para 450 formandos, irá qualificar as seguintes áreas: qualificação em Audiovisuais e Multimédia, Comércio, Gestão e Administração, Secretariado e Trabalho Administrativo, Ciências Informáticas, Metalurgia e Metalomecânica, Eletricidade e Energia, Eletrónica e Automação, Mecatrónica, Construção Civil e Engenharia Civil, Trabalho Social e Orientação, Hotelaria e Restauração e Proteção de Pessoas e Bens. Senhor Presidente, antes de mais, ressalvo que para mim todas as áreas são importantes, mas onde está a área 5.4.2., Indústria do têxtil, vestuário do calçado e couro? Foi esquecida? Por lapso, não foi mencionada ou é estratégia deste município potenciar outras áreas no concelho neste momento, deixando o setor têxtil para trás. Senhor Presidente, penso que concordará comigo no seguinte, trabalhadores mais bem preparados criam empresas mais competitivas. Numa altura em que todos nesta sala, os lousadenses lá em casa, sabem o quanto o setor têxtil passa por tão graves dificuldades, quando temos um sem número de empresas em Lousada com falta de trabalho e muitas delas já em lay-off, a viver este enorme flagelo como pode o município ter se esquecido destas famílias ou destas empresas, quando têm oportunidade única de ter no nosso concelho, um centro de formação profissional e, com isso, potenciar a estas pessoas uma melhoria nas suas aprendizagens ou qualificações.» --

lousada
R

----- **Intervenção da Membro Municipal, LEONEL VIEIRA, Coligação Acreditar Lousada:** «No início do corrente ano a Comissão Política do PSD de Lousada e os seus autarcas, reuniram com o Sr. Diretor do ACES - Vale do Sousa Norte, tal como dei nota numa das Assembleias, aliás na sessão de 24 de fevereiro do corrente ano. Nessa reunião com o Sr. Diretor foi-nos dito que o Centro de Saúde aqui na Vila de Lousada, junto ao Hospital, já não dispunha de condições para acomodar as atuais valências, muito menos para receber novas valências que estavam previstas; seriam necessárias obras, apesar do edifício não ter muito mais espaço para onde crescer. Na sessão desta Assembleia, na tal de 24 de fevereiro, em nome do PSD defendi a construção de um novo centro de saúde para a vila de Lousada, em local de fácil acesso, com grande espaço para estacionamento, moderno e funcional. Em resposta à nossa proposta o Sr. Presidente da Câmara não demonstrou grande disponibilidade e vontade para avançar para a construção de um novo Centro de Saúde na Vila, mesmo reconhecendo as debilidades insanáveis que tem o atual edifício. Entretanto, a Câmara Municipal de Lousada, foi noticiado, com fundos comunitários do plano, do PRR no montante de quatrocentos mil euros vai realizar obras de requalificação no edifício do Centro de Saúde, aqui em Lousada. Não sei se essas obras serão suficientes para acomodar todas as valências que são necessárias para pôr a funcionar naquele Centro de Saúde. Gostaria que o Sr. presidente de Câmara nos esclarecesse. Entretanto, porque consideramos que a melhor solução para resolver os problemas do Centro de Saúde de Lousada e para que sejam criadas as melhores condições para o seu eficiente funcionamento, continuamos a defender que a melhor solução é mesmo a construção de um novo Centro de Saúde aqui na Vila de Lousada, como já referi, moderno, funcional, de fácil acesso e com muitos lugares de estacionamento. E temos, Sr. Presidente de Câmara, já identificado um local para o novo Centro de Saúde. Senhor Presidente, tenho uma recomendação, uma proposta a fazer lhe e, se tiver vontade, poderá ser uma boa solução. Há terreno disponível na Vila de Lousada para a construção de um novo Centro de Saúde. Como sabe a Santa Casa da Misericórdia de Lousada, adquiriu há poucos anos um terreno com mais ou menos 7 mil metros quadrado, com frentes para a Rua Dr. Fernando Fonseca e para a Rua General Humberto Delgado, ali próximo do Mercado Municipal. A Santa Casa da Misericórdia, julgo que sabem adquiriu aquele terreno com o objetivo de ali construir uma clínica de Fisioterapia, entretanto tal já não vai acontecer e o terreno está disponível. Senhor Presidente da Câmara, estou certo de que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lousada está disponível para conversar com a Câmara Municipal, até porque o edifício do atual Centro de Saúde foi construído nos terrenos da Santa Casa da Misericórdia de Lousada. Senhor Presidente, todos sabemos das dificuldades de financiamento, mas é a hora para construir o novo Centro de Saúde, aproveitando bem os apoios comunitários disponíveis. Sei também que me vai dizer que com a deslocação prevista de uma USF do Centro de Saúde de Lousada para o novo Centro de Saúde a construir no Mezio, em Lagoas, vai aliviar o Centro

lousada
P. P.
R

de Saúde de Lousada. Em princípio sim, mas não a médio prazo, porque a concentração de habitantes na Vila de Lousada vai continuar a aumentar, basta ver a construção crescente de blocos habitacionais aqui na Vila, nos últimos anos, bem como aquelas que se perspectivam construir as habitações aqui no centro da Vila de Lousada e no perímetro da própria Vila. Mais, os utentes da Aparecida, de Cernadelo e São Miguel, como aqui já hoje denunciei na minha primeira intervenção, não vão certamente querer continuar a deslocar-se para o Centro de Saúde de Lustosa. Temos que lhes dar alternativas. Não tenho, não temos dúvidas, a melhor solução, para todos, é mesmo a construção de um novo centro de saúde no terreno que indiquei ou noutra com idênticas ou melhores condições.» -----

leastre
P. S. B.
R

----- **Intervenção do Membro Municipal, EDUARDA FERREIRA, Partido Socialista:** «Senhor Deputado, Pedro Amaral, devo ter visto uma informação diferente da sua, é que na informação do Sr. Presidente diz que a rede de água foi concluída, acho que lemos todos isto. Agora em relação à formação na área têxtil que foi aqui levantada esta questão, dizer que esta formação na área têxtil, ela é sempre promovida pelos Centros de Formação de Gestão Participada, como é o caso da Modatex, que vai usar a academia de formação para esse efeito ou vai até às empresas fazer esta formação no caso de ser necessário. Quanto à automação e à robotização, esta formação será sempre da valência do Centro de Formação do Tâmega e Sousa e, portanto, estas empresas não foram esquecidas, não estão a ser esquecidas neste período mais difícil em que atravessamos, aliás, é desse exemplo as visitas do Município, deste executivo a essas empresas que passam dificuldades. E, a apresentação do programa qualifica Indústria, para que se possa exatamente ajudar nesta fase mais difícil essas empresas dando especial atenção à formação dos trabalhadores e até, eventualmente, à sua reconversão profissional.» -----

----- **Intervenção do Membro Municipal NUNO FERREIRA, Presidente da Junta de Freguesia de Meinedo Partido Socialista:** «Excelentíssima Sra. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sra. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados, excelentíssima e excelentíssimos colegas Presidentes Junta, estimado público e lousadenses. Pegando nas palavras do Sr. Deputado Leonel Vieira e no âmbito da última Assembleia realizada no passado dia 24 de fevereiro, algo que faltou ao Sr. Deputado falar, foi de Meinedo. Não chegou a falar relativamente ao Centro de Saúde de Meinedo, portanto, é aqui também que se deverá dar ao conhecimento público que, no âmbito do PRR, vai haver no mínimo, um investimento de novecentos e cinquenta mil euros, no Centro de Saúde de Meinedo. E, isto dizer e lembrar o que se passou nessa Assembleia, em que iniciei a minha intervenção dizendo que antes de mais que era importante referir que ao longo dos últimos anos, se houve uma área em que o Município tem demonstrado interesse e preocupação, é precisamente a área da saúde. Isso é visível agora pelo trabalho que foi executado ao longo deste tempo e, que se repercute no investimento que se irá fazer no

concelho de Lousada, na área da saúde. Dizer que o Sr. Leonel Vieira, já em 2016, dizia que estavam a esvaziar o número de utentes no Centro de Saúde de Meinedo e que, em seguida, iriam proceder ao seu encerramento. Portanto, Sr. Leonel disse isso em 2016, 2023 e o que é certo é que vemos que estava totalmente errado, por assim dizer, porque prevê-se um investimento de 950 mil euros, no Centro de Saúde Meinedo. Terminei a minha intervenção dizendo que uma coisa vos garantia, que enquanto fosse Presidente de Junta, continuasse a ter o apoio do Município, como temos tido nesta área e houvesse um governo que apostasse neste centro de saúde, que aquela unidade de saúde se iria manter em Meinedo, por muitos e longos anos. Por isso acho que é esta a grande distinção entre o PS e o PSD, entre aquilo que ambos defendemos, que lutamos, existe uma diferença abismal entre um e outro. Portanto, como referiu aqui a intervenção efetuada na sessão de 24 de fevereiro, acho que é de todo pertinente lembrar e dar a conhecer a todos os magneteses e a todos os lousadenses, o investimento que se irá realizar na freguesia de Meinedo, que para isso muito tem contribuído o Sr. Presidente da Câmara ao longo destes últimos anos, e o controlador, como lhe chamou na altura, o Sr. Vereador da Saúde, o Dr. Nelson Oliveira, que ao invés de controlador, efetivamente tem demonstrado ser uma pessoa empenhada e determinada no trabalho que tem feito, nomeadamente na área da saúde. » -----

----- **Intervenção da Membro Municipal AGOSTINHO GASPAR, Coligação Acreditar Lousada:** «Querida cumprimentar a Sra. Presidente e respetiva Mesa, Sr. Presidente de Câmara, Sra. e Srs. Vereadores, caras colegas e membros desta Assembleia, excelentíssimo público, comunicação social. Duas coisas muito rápidas, primeiro, só para dar aqui nota que relativamente à intervenção que me antecedeu e, já o tinha dito, eu fico feliz pela cambalhota que se deu em relação ao Centro de Saúde de Meinedo e, sabe perfeitamente o que é que eu estou a falar... Sabe, perfeitamente, quando Leonel Vieira, falava no Centro de Saúde de Meinedo, ele estava encerrado, nem funcionários de secretaria tinha. Sabe, perfeitamente, que os utentes tinham de se deslocar a Caíde. Não, isto é verdade e, é fácil de comprovar. E, depois, obviamente, que colocando na agenda política, houve aqui uma espécie de uma cambalhota que eu diria positiva, interessante, importante e, portanto, vamos ver agora o que é que se vai fazer, porque o Sr. Deputado disse aqui que tem sido um trabalho muito importante, muito importante, mas ainda não fez nenhum, anunciou-se uma verba... Aliás, é um dos motivos pelo qual, eu posso já adiantar que não vamos votar contra o orçamento. É um desses motivos, é por isso. Portanto, como vê, nós sempre defendemos o Centro de Saúde de Meinedo como o de Caíde, como o do Mezio, como outros nunca estivemos aqui a anunciar a morte daquilo que desejamos. Agora sabe perfeitamente que foi uma bandeira política, quer da Coligação, quer depois do Partido Socialista e, obviamente que enquanto Município fizeram o vosso dever e bem, fizeram o vosso dever e bem que foi lutar para que se mantenha e, agora porventura, para que melhore as suas condições,

ficamos felizes por isso. Agora, escusa-se de vangloriar e o PS estar aqui numa de que conseguiu um feito... Não, fez o dever do Partido Socialista, mas pode ter a certeza de uma coisa e o Sr. Presidente da Junta sabe disso. É que se não fosse este tema ter sido largamente debatido e denunciado, provavelmente ia fechar mesmo. Olhe que eu digo, que eu sei o que estou a dizer. Por último, queria só fazer uma questão aqui relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Câmara, que é o seguinte: eu julgo que é no terceiro parágrafo, o Sr. Presidente da Câmara, informa esta Assembleia que, segundo os dados da Autoridade Tributária, entre 2017 e 2022, o nosso concelho foi o 3.º do país onde o parque habitacional mais cresceu, em termos proporcionais. Eu, gostava de perguntar ao Sr. Presidente em relação a esta informação, que nos é remetida e, que é importante e eu acho que nós reparámos isso na rua, qual foi o aumento de IRS e IRC, que teve com este aumento brutal de populacional e de habitacional? Era isso que eu gostava de saber?» -----

lousada
P. 10
R

Resposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO: «Relativamente à intervenção da Sra. Deputada Ana Cristina Moreira, em que estado é que está o dossier dos benefícios fiscais para os jovens? A proposta de regulamento está comigo, já foi elaborado, vou validar no sentido de se agendar à próxima reunião, para que em fevereiro a Assembleia Municipal possa aprovar o regulamento. Ainda temos a discussão pública, mas creio que dará tempo para fazer isso antes da próxima Assembleia. Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Pedro Amaral, quando está concluída a rede de saneamento? Não sei. Porquê? Porque depende do que se entender por conclusão da rede saneamento. Aquilo que são os grandes investimentos estão concluídos, com esta candidatura com a qual fomos contemplados de fecho de redes. Aliás, o nome diz tudo, fecho de redes. E, já disse numa Assembleia Municipal anterior que a grande dificuldade que nós tivemos foi reunirmos os requisitos para que essa candidatura fosse aprovada, porque andamos literalmente a catar alojamentos para conseguirmos cumprir o mínimo, porque para a candidatura ser elegível, tínhamos de servir no mínimo, 600 fogos, senão não era elegível. O abastecimento de água e a drenagem de águas residuais estão divididas em três bacias, Sousa, Mezio e Norte (Vizela). No conjunto, nós conseguíamos os 600 alojamentos, mas numa só não tínhamos e íamos ficar excluídos. Confesso que fiquei surpreso quando soube da notícia de que ia existir uma candidatura para os municípios densamente povoados e com taxas de cobertura abaixo de uma determinada percentagem, porque o Sr. Ministro anunciou isso, sobretudo para Felgueiras e Paredes. E, na notícia referia também Lousada e, pensei: Ainda bem, mas devem ter-se enganado. E, fomos ver e, efetivamente, no conjunto nós tínhamos os tais 600 alojamentos, mas numa só bacia foi muito difícil, tivemos de sinalizar inclusivamente habitações que estavam em construção, etc., e conseguimos cumprir esse mínimo, muito perto do limite. E, portanto, no fundo, o que são grandes investimentos, estão feitos. Mas não está tudo concluído, porquê? Porque a própria meta europeia para a cobertura do

abastecimento de água é de, salvo erro, 90% e para o saneamento é ligeiramente inferior, 80% ou 85%, não estou certo, mas não é 100%, nem podia ser, porque há sempre uma outra habitação mais isolada que não justifica o investimento. No que respeita à rede de água, a nossa principal preocupação nas extensões da rede é que as mesmas não ponham em causa a qualidade da própria água, porque se for uma extensão muito comprida, com pouco consumo, pode ficar em causa a qualidade da água, porque a água tem de ser renovada e tem de haver consumo para que a água seja renovada e se garanta a sua qualidade. Na questão do saneamento já não é sim, mas do ponto de vista da eficiência e do custo/benefício, há muitas situações isoladas que não justificam o investimento e não é nada dramático existir algumas fossas sépticas no concelho, o problema era a massificação. Por isso é que eu digo que concluir, no sentido de ter todos os alojamentos e todas as unidades cobertas pela rede de saneamento, se calhar, isso nunca vai acontecer, porque não faz sentido sequer. E, portanto, agora qualquer investimento que exista são sempre pontas, são sempre meros acrescentos, mas nada de significativo, porque no seu todo o sistema está completo. Nós agora estamos noutra desafio. Já o disse na reunião de Câmara. E, é uma das razões pelas quais nós temos sido muito comedidos nas atualizações tarifárias. Eu disse isso na última reunião de Câmara, já no ano passado, nós atualizamos os nossos tarifários apenas em metade daquilo que foi a inflação e para o próximo ano fazemos exatamente a mesma coisa e mantemos a sustentabilidade do sistema, porquê? Porque baixamos muito os custos de exploração, sobretudo pelo trabalho que temos vindo a fazer, intensificando cada vez mais a eficiência, a redução das perdas, e o ganho tem sido muito grande na questão do abastecimento de água. Temos detetado algumas ligações ilícitas. E, é bom que toda a gente que nos está a ouvir saiba que neste momento a Câmara Municipal tem tecnologia instalada que permite, a todo o momento, detetar qualquer utilização ilícita das redes de água. Já descobrimos uma ou outra piscina que tinha uma ligação direta à rede pública de água, ou seja, antes do ramal que serve o contador, havia uma ligação direta. Temos a rede toda sectorizada, monitorizada e os consumos têm de bater certo e, portanto, quando os consumos não batem certo, nós temos à procura do problema uma equipa fantástica que trabalha de dia e de noite, literalmente, porque muito do trabalho é feito de noite, porque na noite é que nós temos a perceção mais exata, se existem fugas, ou não. E, portanto, quando não existem, é porque estamos a ser ludibriados, para não dizer outra palavra. Aliás, temos feito participações criminais quando essas situações são detetadas, portanto, é bom que esta mensagem saia, se há situações irregulares a todo o momento, nós vamos detetá-las e estamos a conseguir detetá-las. E, dizia eu que como estamos a ser muito eficientes na redução das perdas, poupamos imenso também nos custos e isso tem permitido também, enfim, não ter de refletir aquilo que é inflação nos tarifários. Ao nível do saneamento temos feito algum trabalho, mas aí ainda temos uma margem de melhoria grande e é um exercício muito difícil, que é a redução das

icostnc
re
n

afluências indevidas. O que são as afluências indevidas? Sobretudo nas construções mais antigas em que as redes de águas pluviais não estão separadas da rede de saneamento, quando chove é impressionante a quantidade de água que entra na rede saneamento e depois é um problema porque nós pagamos em função das águas residuais que chegam à ETAR. E é um problema para a própria ETAR, porque a determinada altura deixa de ter condições para fazer o tratamento como deve ser e, portanto, é um trabalho que estamos também agora a intensificar, porque aí ainda temos margem de progressão. -----

----Depois, enfim, desvalorizou no fundo o facto de sermos o segundo município mais transparente. E, eu estava a ouvi-lo e estava a pensar que há uns mandatos anteriores, a Coligação trazia aqui para esta Assembleia uma crítica ao Município, porque aparecia em lugares pouco condignos, num outro índice que era, salvo erro, da qualidade de vida ou qualquer coisa do género, e por sinal era uma empresa privada que fazia esse estudo, mas para melhorar a posição nesse ranking era necessário pagar! E, portanto, se nós pagássemos, tínhamos um bom desempenho naquele ranking, mas como nós nunca pagamos, aparecemos lá para meio da tabela, não sei, não me lembro bem e, portanto, neste caso em concreto, nós não pagamos coisa nenhuma, nem nós, nem nenhum município. Podemos não concordar com alguma da metodologia e eu próprio não concordo e já o disse e volto a dizer, que não vou dar mais para este pedifório, porque ser ainda mais transparente não é, por exemplo, publicar no site, qual é a minha declaração de rendimentos. Isso é um disparate, um absurdo e recuso-me a isso porque é voyeurismo. E, não acrescenta nada porque o vencimento do presidente da câmara é público. Ou seja, podíamos até ter um desempenho maior no ranking se a nossa preocupação fosse essa de sermos os primeiros, mas não é isso que nos preocupa. Mas não deixa de ser um estudo que é feito por uma associação não governamental, independente, e podemos não concordar com toda a metodologia, mas dou-lhe um conselho, escreva para lá e sugira alterações de melhoria. É um exercício comparativo. E é igual para todos. Para mim, mais importante do que esse estudo é algo mais objetivo, como, por exemplo, o recurso aos ajustes diretos. Ainda há uns anos, o Jornal de Notícias publicou um índice e Lousada aparecia, em termos nacionais, como um dos municípios que menos recorria ao ajuste direto. Aliás, há um processo famoso, de um concurso público que andou três anos em tribunal que envolvia um ex-Presidente da Junta, em que o segundo classificado entendia que a Câmara não podia adjudicar porque sendo ele Presidente de Junta e tendo assento na Assembleia Municipal, estaria impedido. Em segunda instância, não foi dada razão, depois, o Supremo entendeu que estaria mesmo impedido. E, nesse caso, é caricato porque nós recorremos ao concurso público quando não éramos obrigados, podia ter sido uma consulta prévia. E, não concordo com aquela jurisprudência, porque sendo concurso público, quem teve o melhor preço, independentemente de ter assento ou de não ter assento na Assembleia Municipal, não devia ser prejudicado por isso. Concordo que se fosse uma consulta prévia ou ajuste

lousada
P. S. P.
R

direto, parece-me que esse impedimento faria todo o sentido. Sendo concurso público, acho que não faz sentido, mas só para dar-lhe um exemplo de que, em muitas das situações, nós preferimos sempre a metodologia de contratar o procedimento de contratação pública mais exigente face àquilo que a lei nos permitiria usar. E porquê? Porque quanto mais concorrência existir, à partida melhor preço teremos e melhor serviço será o interesse público. Mas já agora não sei se o Sr. Vereador, quer acrescentar alguma coisa sobre isto, porque também foi aqui nomeado nome dele.» -----

----- **Nos termos do n.º 3 do artigo 48 da Lei 169/99 de 18 de setembro, com a anuência do senhor Presidente da Câmara, Dr. Pedro Machado, passou a palavra ao Sr. Vereador NELSON OLIVEIRA, Partido Socialista.**-----

----- **Intervenção do Sr. Vereador da Câmara Municipal, NELSON OLIVEIRA, Partido Socialista:** «Muito boa noite. Em resposta ao Dr. Pedro Amaral, tenho a dizer que você não descobriu a roda. Obviamente, que se for ao site, está lá tudo com total transparência. Portanto, eu vou explicar como é que aquilo é avaliado. Meses antes é enviado um email a todos os Municípios para que possam dar os seus contributos e indicar se tem, ou não tem, determinado documento que eles avaliam. E não, não somos nós que escolhemos os documentos ou avaliamos. Eles é que sabem e avaliam, se nós temos ou não temos disponíveis esses documentos para o público. E, obviamente, que não sou eu que vou lá preencher estes dados, são os serviços municipais. Obviamente que o meu nome estando lá é o do responsável, mas poderia ter o meu nome, ou do Sr. Presidente de Câmara ou quem quer que seja. Por exemplo, ao município de Matosinhos que ficou em primeiro lugar também certamente que pode ter sido feita essa autoavaliação em nome próprio. E, esta submissão de documentos, neste caso através dos links, é feita para quê? Para que as pessoas percebam que no site de determinado Município, se carregar naquele link tem acesso àquela informação, mas a avaliação sobre se esta informação é válida ou não, é feita por eles. A Dyntra é uma associação que está sediada em Bruxelas, que não cobra um cêntimo aos Municípios. E, como o Sr. Presidente disse e muito bem, eu também sou do tempo em que vocês vinham aqui vangloriar-se com o ranking dos Melhores Municípios para viver. E, esse ranking em concreto, sim, era um ranking que dizia que se quiséssemos melhorar a posição, podíamos pagar ou recorrer aos serviços dessa consultora. A Dyntra, não vende serviços! E já agora nós nem damos assim tanta importância a isto... apesar de tudo e confesso-lhe, nós nem fomos receber o prémio. Mas também lhe digo que a primeira sessão foi feita em Braga com o apadrinhamento do Dr. Ricardo Rio e a segunda edição, esta que você fala, foi na Câmara de Cascais, com apadrinhamento do Dr. Carlos Carreiras. Mas se queremos falar de rankings, se calhar também tem conhecimento que nós recebemos da NOVA School of Business, no âmbito da digitalização dos processos administrativos, uma

leaste
N

distinção e o primeiro prémio. E, quem é que estava no júri? A Dra. Assunção Cristas!... Portanto, se calhar pode contactá-la para perceber se nós merecemos mesmo aquela distinção! Ou se calhar algo correu mal? Mas ela estava lá e, efetivamente participou no júri. E, portanto, também não demos grande relevância a este prémio. Relativamente a isso era apenas e só o que o que gostaria de dizer.» -----

lcastro
df
na

----- **Continuação da resposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal,**

PEDRO MACHADO: «Para terminar relativamente àquilo que disse o Sr. Deputado Dr. Pedro Amaral, lamento profundamente que o senhor venha a esta Assembleia levantar suspeições, ao de leve, não é? Mas acaba por lançar essa suspeição, essa dúvida e, portanto, para que não fique qualquer dúvida, relativamente àquilo que é a participação na pista de gelo. A pista de gelo foi contratada pela Câmara Municipal e, portanto, é a própria Câmara que está a fazer a gestão da sua utilização. A única dúvida que o senhor pode ter refere-se ao controlo da receita da utilização da pista de gelo. Nós ponderamos todas as soluções e aquela que desejávamos era a de haver uma fatura por cada utilização, mas em termos de logística, emitir faturas no imediato, fora do horário de funcionamento da Câmara, em termos logísticos era muito complexo. E, então o que nos foi sugerido pelos serviços financeiros, é que se mandasse fazer um documento comprovativo dos recebimentos, com um canhoto que fica nesse livro, e no dia útil imediato emitia-se as faturas para quem as pediu. Relativamente à receita dos outros que não pediram fatura, é feita uma guia de receita coletiva, sendo que todos os talões ficam arquivados para controlo, porque estão lá funcionários e a Câmara também tem de ter, naturalmente, essa transparência a todos os níveis, até porque podemos ser auditados e, portanto, as coisas têm que estar devidamente salvaguardadas. Ou seja, não há qualquer dúvida quanto a isso, porque em qualquer utilização que não seja gratuita, é fornecido um talão. E, depois os talões têm de bater certo com aquilo que é a entrada da receita na Câmara Municipal. -----

-----Depois, relativamente à intervenção do Sr. Deputado, André Magalhães, há um lapso na minha intervenção escrita porque devia dizer "etc", ou "entre outros". Aliás, tanto assim é, que na intervenção anterior que eu fiz, referi esta área, portanto, aquilo que é a resposta da Modatex, parte dela vai ser assegurada pelo novo centro de formação. Mas, a sra. Vereadora, pode acrescentar alguma coisa, porque, para além disso, há uma outra componente que vai ser ministrada no nosso centro de formação nas antigas instalações da Associação Industrial que nós adquirimos e que requalificamos. Não sei se a Sra. Vereadora quer acrescentar.» -----

----- **Nos termos do n.º 3 do artigo 48 da Lei 169/99 de 18 de setembro, com a anuência do senhor Presidente da Câmara, Dr. Pedro Machado, passou a palavra à Sra. Vereadora MARIA DO CÉU ROCHA, Partido Socialista.**-----

----- **Intervenção do Sra. Vereadora da Câmara Municipal, MARIA DO CÉU ROCHA, Partido Socialista:** «Muito boa noite a todas e a todos. Relativamente ao Centro de Formação Modatex, inicialmente o objetivo era formar pessoas na área da costura. E foram várias as tentativas de formação, formaram-se várias turmas com integração nas empresas, mas é certo que perceberam que cada vez menos havia pessoas interessadas em fazer essa formação de base na área da costura. E então aquilo que o Modatex entendeu, depois de ter feito formação de mecânicos ligadas às máquinas de costura, de ter feito o curso de modelação, entendeu que deveria enveredar por uma área cada vez mais tecnológica na área têxtil. E então aquelas instalações não faziam mais sentido continuar a ser ocupadas, até porque é muito pertinente que seja cada vez mais central a localização do local onde é ministrada a formação. E aquilo que se decidiu era que não fazia sentido estar a ocupar aquelas instalações que poderiam vir a ser utilizadas para outro fim pelo Município e passar a ser desenvolvida essa formação na academia de formação, para isso é nós temos lá salas que poderemos ceder para esse efeito e também na formação diretamente ministrada nas entidades empregadoras. O que é que isto quer dizer? Através daqueles programas de formação, formar para empregar, é possível formar turmas de 15, 20 formandos, nas instalações das empresas com os recursos cedidos pelas empresas e colocados pelo Modatex, porque tem disponibilidade de equipamentos para deslocar e aí dar a formação. E assim formar pessoas na medida da necessidade de cada empresa. Essa é uma necessidade que qualquer empresa nos pode fazer chegar, a nós ou ao Modatex. E está já a ser desenvolvido um plano de formação com o Modatex para dar resposta a essas situações. No centro de formação do Tâmega e Sousa é óbvio que o objetivo é também chegar ao setor do têxtil e do vestuário, mas muito mais do ponto de vista de grandes equipamentos, automação, robótica e controlo industrial. E o Modatex que sempre trabalhou em parceria com o IEFP, não fosse uma entidade protocolada, e tem toda a disponibilidade de deslocar também equipamentos e usar as mesmas instalações. É um trabalho que é do Instituto de Emprego e Formação Profissional e que eles trabalham em estreita parceria e que eu diria que foi até uma atitude muito nobre por parte do Modatex dizer que não faz sentido continuarmos a usar este espaço por tão pouco tempo de utilização. Portanto, nós nunca vamos deixar o setor do têxtil e do vestuário, e nomeadamente o do calçado, mas também neste setor temos aqui ao lado, o CFPIC em Felgueiras, e o nosso objetivo foi não nos sobrepormos nas áreas de formação já asseguradas aqui nas áreas limítrofes. Portanto, o calçado, o têxtil e confeção não está excluído de todo.» -----

----- **Continuação da resposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO:** «Muito bem, eu ia pedir também à Sra. Vereadora que acrescentasse uma outra coisa, porque eu não sei se foi o Sr. Deputado André Magalhães, mas alguém já o referiu nesta Assembleia, que medidas é que a Câmara está a tomar para ajudar os empresários, sobretudo da

confeção, que estão a viver com dificuldades? A Senhora Vereadora, tem feito um trabalho de visita e de informação em conjunto com o Centro de Emprego a algumas empresas, para dar nota daquilo que são os apoios disponíveis do IEFP. Portanto, Senhora Vereadora pedia-lhe que acrescentasse isso.» -----

castro
P. P.
M

-----**Intervenção do Sra. Vereadora da Câmara Municipal, MARIA DO CÉU ROCHA, Partido Socialista: Intervenção do Sra. Vereadora da Câmara Municipal, MARIA DO CÉU ROCHA, Partido Socialista:** «Muitas vezes, não é fácil arranjar soluções para uma questão que é estrutural, não é? Então, na verdade, aquilo que nós temos vindo a desenvolver em parceria com o Instituto de Emprego, neste caso, o Centro de Emprego de Penafiel e, em particular, a Delegação Regional Norte, é apresentar às empresas o Qualifica Indústria. Porquê? Nós sabemos que o calçado e a confeção têm muita dificuldade de angariar mão-de-obra e, assim que ela é dispensada, e nós sabemos que esta situação de maior crise nos setores é transitória, espera-se que assim seja, o que acontece é que, uma vez tendo dispensado os seus colaboradores, é muito difícil conseguir captá-los novamente, porque eles procuram outras áreas de formação e acabam por apostar na sua qualificação e acabam por fugir destas áreas, que são as áreas de maior mão de obra no nosso território. Então, aquilo que nós fizemos foi o périplo por algumas empresas. Era desejável que chegássemos a mais, mas também acabamos por escrever mesmo nas redes sociais do Município, que temos o Gabinete de Apoio ao Empreendedor e, se surgir necessidade de apoio e acompanhamento nestas medidas, estamos disponíveis, assim como o Instituto de Emprego e Formação Profissional, porque esta é uma medida que pode dar resposta de ocupação dos trabalhadores enquanto não chegam, por exemplo, mais encomendas e colocá-los em formação, sendo remunerados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, de modo a que não dispensem de imediato os seus colaboradores. Porque de facto é muito difícil captá-los e, como há pouco dizia, nós não podemos dispensar esta mão de obra que é tão importante no nosso território. Por isso é uma forma de todos passarmos a palavra, que existem neste momento estas medidas, às vezes para evitar o lay off, porque eu sei que é algo que assusta os empregadores e, portanto, nós temos tido apenas uma atitude de partilha, de divulgação de informação, que é aquilo que muitas vezes nos cabe apenas.»-----

-----**Continuação da resposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO:** «Muito bem, muito obrigado. Respondendo ao Sr. Deputado Leonel Vieira, sobre a questão do novo centro de saúde de Lousada, todos nós conhecemos bem o Centro de Saúde de Lousada e sabemos que tem limitações profundas, desde logo pela sua localização. E, assim sendo, era desejável que houvesse condições para construir um edifício de raiz para um novo centro de saúde. O problema é que quem toma decisões tem de fazer opções. E, são investimentos avultadíssimos. Apesar das competências na área da saúde serem recentes, este é um

assunto que nós já vimos a trabalhar há largos meses. E, para nós era essencial que houvesse mais área útil dedicada à saúde, mas preferencialmente que essa área útil também estivesse mais próxima das populações que vai servir. E, portanto, para nós era essencial a construção do centro de saúde do Mezio. Saberão certamente que o terreno já está adquirido há muito tempo, se não for um ano, deve estar perto disso e, portanto, já tínhamos uma estratégia clara de qual era o caminho que queríamos percorrer. Não ficamos à espera da abertura de candidaturas para depois ir ver onde é que íamos construir o equipamento. Não. Tratamos do assunto com tempo e adquirimos o terreno que é, volto a dizer, normalmente a principal dificuldade que, aliás, estamos a ter agora em Meinedo para fazer aquilo que desejaríamos. E tivemos um exercício conjunto com o ACES e com o Ministério de ver o que é que era mais prioritário. E, confesso que aquilo que nós conseguimos no PRR superou as nossas expectativas. Se me perguntasse há um ano, se achava que era possível nós conseguirmos alocar 4,2 ou 4,3 milhões de euros para investir em equipamentos de saúde, eu próprio, se calhar não acreditava. E, portanto, nós esticamos a corda até onde foi possível. Mas a corda partia se nós disséssemos que também queríamos um centro de saúde novo aqui no centro. Aí as opções seriam muito claras, ou isso, ou a construção do centro de saúde do Mezio! E, nós relativamente a isso, não tínhamos dúvidas, porque para nós é essencial a construção do novo centro de saúde do Mezio, uma vez que, assim, vamos aproximar o serviço das populações e vamos retirar serviços e pressão no edifício que existe no centro de Lousada, que vai ficar parcialmente desocupado para então ter condições para as outras valências que até à data não havia condições para implementar, justamente por falta de espaço. Com o investimento que está previsto no PRR, nós vamos construir o tal novo centro de saúde do Mezio e libertar espaço no centro de saúde de Lousada e requalificá-lo, sobretudo ao nível da eficiência energética, portanto, ficará com todas as condições. Naturalmente que há ali esse óbice decorrente da sua localização, da sua acessibilidade, da dificuldade de estacionamento que não se consegue resolver. E, portanto, no fundo a sua sugestão, é uma sugestão que atualmente não é viável, mas no futuro continuará a fazer sentido. Haja recursos no futuro, para esse efeito. Relativamente ao terreno adquirido pela Santa Casa, não tinha presente que a mesma desistiu da ideia que tinha para o terreno. É um terreno que interessa sempre à Câmara, dependendo dos valores, seja para termos essa reserva futura para um novo centro de saúde, seja para qualquer outro fim público. É uma questão que depois podemos falar com a Santa Casa, mas nós não tivemos dúvidas que, perante este cenário, entre fazer um edifício novo para um centro de saúde aqui em Lousada para substituir o existente, ou requalificar o existente e construir um novo na zona oeste do concelho, libertando espaço no de Lousada, não tivemos dúvidas que era uma decisão mais acertada construir um novo na zona oeste e fazer obras de requalificação no de Lousada. -----

----- Depois, relativamente à intervenção do Dr. Agostinho Gaspar, não

Castro
Lousada
12

demos seguramente nenhuma cambalhota. Eu acho que não vale a pena o Sr. Deputado mexer muito neste assunto, porque é daqueles assuntos que quanto mais se mexe, mais ele cheira... É uma questão de nós fazermos uma pesquisa daquilo que a Coligação disse na altura e daquilo que nós dissemos sempre. Nós dissemos sempre o mesmo, mas aquilo que vocês diziam era basicamente que o centro de saúde de Meinedo ia fechar e criaram um alarme social, e as pessoas ficaram preocupadíssimas, a questionarem o que é que se passava e porque é que o centro de saúde de Meinedo ia fechar. Naturalmente que houve dificuldades, mas não havia razão nenhuma para esse alarme social. O Centro de Saúde esteve temporariamente indisponível, porque houve uma pandemia! Foi a única situação em que esteve suspenso o funcionamento do centro de saúde de Meinedo. Agora, naturalmente que aquele Centro de Saúde tinha, e agora já não tem tanto, uma grande debilidade, pelo facto de ter apenas 2 listas de espera. E, portanto, as substituições nas ausências de 2 médicos são muito mais difíceis de fazer do que num Centro Saúde com maior dimensão, com 5, 6 ou 7 médicos. Isso é óbvio, não é? E, por isso é que nós defendemos que Meinedo e Caíde fossem uma única USF, para termos uma resposta mais resiliente, porque faz toda a diferença depois em termos de gestão, nomeadamente daquilo que é o principal problema, que é garantir substituições em caso de ausências. E, é nesse sentido que também há muito tempo, estamos a trabalhar para que efetivamente seja criada essa Unidade de Saúde Familiar. E, agora temos este investimento que vai em contraciclo daquilo que era a tese pessimista da Coligação ao longo dos tempos. O cenário catastrófico que vocês anunciavam está documentado nas diversas intervenções públicas que vocês fizeram. -----

-----Depois lançou aqui um desafio, qual foi o aumento IRS e de IRC? Não lhe sei dizer de cor, relativamente ao IRS, mas é público, é fácil de aceder a esses dados. No IRC não é o caso, porque nós não temos receita de IRC, portanto, quando muito poderíamos ter um adicional se lançássemos a Derrama, coisa que nunca aconteceu. No IMI também tem crescido a receita, como é óbvio, porque tem aumentado o número de prédios. E, portanto, é natural que a receita vá também crescendo, mas assim de cor, no momento, não lhe consigo dizer.» -----

----- **A Assembleia Municipal apreciou a informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal e discussão de outros assuntos de interesse do Município, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada), com a presença dos 33 membros.** -----

----- **Pelas 22h57min, saiu definitivamente da sala, a/o membro efetivo Sandra Maria Leonor Pereira da Silva, da Coligação Acreditar Lousada.** -----

lcastro
PPSD
R**2. ----- Documentos Previsionais para o ano de 2024. -----**

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 27 de novembro de 2023, deliberou por maioria, **aprovar e submeter à Assembleia Municipal de Lousada, para aprovação dos “Documentos Previsionais para o ano de 2024, acompanhados da Proposta de Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos, para o ano de 2024, com Relatório de Apresentação do Orçamento e Normas de Execução Orçamental para 2024”**, cumprindo o estipulado na alínea a), do n.º 1 do art.º 25º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada), conjugado com o n.º 1 do art.º 44.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (versão atualizada). -----

----- **Intervenção do Membro Municipal, LEONEL VIEIRA, Coligação acreditar Lousada:** «Em Portugal o Estado nunca teve tanto dinheiro ao seu dispor como hoje, o mesmo acontecendo com as Câmaras Municipais. Sim, a Câmara Municipal de Lousada nunca teve tanto dinheiro para gastar como agora. Milhões provenientes do PRR, de outros fundos comunitários, mas também de receitas próprias principalmente com o grande aumento de receitas dos impostos que a Câmara Municipal de Lousada cobra ou recebe. O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lousada não tem desculpas para não resolver os principais problemas que afetam e preocupam os cidadãos de Lousada, principalmente na área da saúde, educação, emprego, habitação, transportes públicos e rede viária. Dinheiro não falta, há que aproveitar as oportunidades, planejar bem e apresentar projetos, até porque se Lousada não fizer outros Municípios farão e se ninguém fizer o dinheiro será devolvido à União Europeia. -----

----- Senhor Presidente da Câmara, deixo-lhe aqui um pequeno alerta: Há dinheiro quase para tudo, mas depois pode não haver dinheiro suficiente para a manutenção dos equipamentos que construir, por isso o planeamento e a sustentabilidade dos investimentos têm de estar sempre presentes na hora da decisão. Meus Srs. e minhas Sras., o Plano e Orçamento como já aqui referi diversas vezes é o principal documento que define as prioridades na gestão do Município e as áreas de intervenção no território. Neste Plano e Orçamento estão previstos obras e equipamentos que merecem a nossa concordância, até porque muitos deles faziam parte do nosso programa eleitoral da Coligação Acreditar Lousada- PSD/CDS-PP, nomeadamente em setores como na Saúde, a construção do novo centro de saúde do Mezio, era uma proposta da Coligação Acreditar Lousada. Educação, obras de reabilitação nas escolas; Ação Social, apoio na Construção do Lar para Idosos em Nevogilde; Desporto, Instalação dos

pisos sintéticos em Lodares, Nespereira, Figueiras, Boim e Aveleda. Também concordamos com outras obras e outros equipamentos na rede viária, no ambiente, nos edifícios municipais e outros. -----

----- Senhor Presidente da Câmara, a elaboração do Plano e Orçamento da Câmara Municipal cabe ao partido que lidera o Município, mas o estatuto do Direito de Oposição reserva aos Partidos da Oposição o direito de se pronunciarem previamente sobre o Plano Plurianual de Investimentos, bem como apresentar propostas para nele serem incluídas, e assim fez a Coligação Acreditar Lousada através dos seus Vereadores, a exemplo dos aliás anos anteriores. Minhas Sras. e meus Srs., os Vereadores da Coligação Acreditar Lousada apresentaram mais de 80 propostas, mas também medidas de resolução, recomendações. Apresentaram propostas para a realização de obras e/ou construção de equipamentos para todas as Freguesias, infelizmente a maioria das propostas não foi aceite pelo executivo socialista. São propostas exequíveis e passíveis de serem enquadradas no Plano Plurianual de Investimentos. Seria neste momento muito fastidioso e também não tenho tempo suficiente para nesta intervenção referir e explicar todas as propostas. Vou apenas evidenciar algumas das nossas propostas apresentadas pelos da Coligação Acreditar Lousada, na reunião do executivo: Promover a instalação em todo território no concelho de redes de fibra ótica de alta velocidade; Construção do edifício para a instalação de uma Loja de Cidadão e outros serviços públicos; Criar uma App de acesso ao Balcão Único Municipal de Lousada; Instalar um sistema de controlo e telegestão das redes de iluminação pública (SMART-IP), com o objetivo de reduzir o rácio de consumo energético por habitante. Também propuseram baixar os impostos para os Lousadenses: No IMI: aplicar dedução fixa de 70€ para famílias com dois dependentes. No IRS, reduzir a atual taxa de 4% para 3,5%; Isenção de IMT a jovens munícipes que adquiram a primeira habitação permanente no concelho + isenção de Taxas de Licenciamento a jovens munícipes que pretendam construir ou reconstruir imóveis no concelho de Lousada. Reforço da oferta de Lares para idosos, em parceria com IPSS's do concelho, pois os que existem e o que está previsto construir-se em Nevogilde são manifestamente insuficientes para as atuais necessidades. Nas faturas da água e na de saneamento e resíduos sólidos urbanos, propuseram os nossos Vereadores que se aplicasse a redução de 20% no valor de cada tarifa de disponibilidade, às famílias e às empresas; e isenção das mesmas às IPSS's, à Juntas de Freguesia e Coletividades do concelho, mais aplicar as tarifas sociais para agregados de famílias com três ou mais dependentes menores e isenção das mesmas às Juntas de Freguesia. Promover, em articulação com os parceiros sociais e/ou empresariais, a edificação de um Crematório com capacidade de resposta para a região do Tâmega e Sousa, em articulação com a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa. Também propusemos negociar com os CTT (Correios de Portugal) a instalação, em Lousada, de uma plataforma logística, Centro Operacional de Distribuição Postal e de Encomendas, para servir os Municípios de Paços de Ferreira, Lousada e Penafiel. Também propusemos

castro:
P
n

promover, no âmbito de Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, a edificação, em Lousada, do Centro de Congressos do Tâmega e Sousa. E, no âmbito da delegação de competências do Município para os órgãos das freguesias, estabelecer uma nova contratualização de serviços, competências, cedência de equipamentos e materiais, e suporte financeiro com as Juntas de Freguesia, reforçando o valor atuais das transferências financeiras na ordem no mínima de 20%. Mas, ao nível da rede viária foram apresentadas propostas praticamente para todas as freguesias do concelho, algumas, poucas, foram integradas neste Plano Plurianual de Investimentos, sendo que a maioria foi, obviamente, rejeitada. Entretanto, para as Freguesias gostaria de elencar alguns equipamentos e obras propostas pelos Vereadores da Coligação Acreditar Lousada: Apoio financeiro à construção da Casa Mortuária de Aveleda; Construção do Parque de Lazer junto à ribeira de Caíde de Rei; Apoio à construção de um armazém junto ao novo Cemitério de Caíde de Rei; Em Cernadelo requalificar o recinto desportivo de Cernadelo; Requalificar o espaço envolvente à Capela Senhora do Loreto, em Cristelos; Para Figueiras, apoio financeiro e material para o novo cemitério de Figueiras; em Covas, apoio à construção de um pavilhão desportivo no Campo de Futebol do Centro Cultural e Recreativo de Covas; para Lodares, construção já prevista de um novo Campo de Futebol com piso sintético; adquirir terreno para a construção do Parque de Lazer em Lustosa; instalação de uma creche no Centro Escolar Barrosas Santo Estevão; requalificar o Parque de Lazer de Casais; promover a revitalização do aqueduto de Nevogilde e, ainda bem que está no Plano Plurianual como já verificamos. Apoio à construção da Casa Mortuária de Alvarenga, com atualização dos preços. Equipar o espaço desportivo da Associação Amigos de Alvarenga transversal a todo concelho. Os Vereadores do PSD/CDS-PP propuseram que se executasse uma rede de transportes públicos disponível a todas as freguesias, adquirindo quatro minibus ambientalmente sustentáveis, eventualmente financiados pelo Fundo Ambiental, bem como implementar o transporte a pedido em parceria com os operadores locais, para resolver a falta de transportes públicos no concelho. -----

----- Senhor Presidente da Câmara, ao ler a declaração e também ao ouvir a sua intervenção hoje aqui e sobre este assunto fiquei, efetivamente, a perceber que criar uma rede de transportes públicos em Lousada, nunca foi a sua vontade, sempre preferiu delegar essa competência na CIM e assim o fez. No entanto ao ler essa tal declaração de voto, bem como a sua intervenção fiquei um pouco preocupado porque não obtive qualquer resposta, qualquer garantia de que todas as freguesias vão ter acesso a transportes públicos, a horas que realmente servem os cidadãos, da Vila para as freguesias e vice-versa, bem como para as plataformas ferroviárias de Caíde de Rei, Meinedo e Novelas. Terminei já, Sra. Presidente, ainda ao ler a mesma declaração de voto senti-me lisonjeado Sr. Presidente da Câmara, com a referência que me fez, citando o que eu disse em 16 de março de 2012 numa entrevista ao jornal TVS "Não fora os fundos comunitários, a Câmara hoje não dispunha de dinheiro para construir novos

icasho
P.S.T.P.

N

equipamentos e para dar trabalho aos seus funcionários”. Sim, é verdade, eu afirmei isto, pois quero-lhe dizer agora Sr. Presidente de Câmara, ao contrário do que debitou para a declaração de voto, aquela minha afirmação de 2012 continua mesmo muito atual. Não tenha qualquer dúvida que se não houvesse PRR e outros fundos comunitários, as receitas da CML dariam para pagar salários, para pagar as despesas correntes e pouco mais. E, hoje, 11 anos depois, as receitas próprias da Câmara Municipal são efetivamente maiores, e sabe porquê, porque a Câmara Municipal nunca arrecadou tanto dinheiro de impostos, de taxas, taxinhas e multas. Sim, as receitas próprias da Câmara Municipal subiram à custa do esforço dos lousadenses. Disse.» -----

lcash
RZF
M

----- **Intervenção do Membro Municipal, EDUARDA FERREIRA, Partido Socialista:** «É com satisfação que compartilho convosco a análise do orçamento para o ano de 2024. Numa análise mais técnica, dizer que, no decurso do próximo ano, prevê-se a arrecadação de uma receita total de 48 milhões de euros. O decréscimo de 3% face a 2023 deve-se, sobretudo, à redução nas receitas de capital, resultante da diminuição das transferências de capital, causada pelo encerramento do programa Norte 2020, que terá um impacto no volume de investimento. Essa diminuição é atenuada, porém, pelo aumento na receita corrente, que obteve um acréscimo de mais 6 milhões de euros. Este aumento na receita corrente deve-se ao crescimento dos Impostos Diretos e das Transferências correntes do estado. Apesar do aumento dos Impostos Diretos, continuamos com um peso muito inferior à média nacional, sendo de 16% contra os 34% no restante do país. Em relação à despesa, o orçamento para 2024 apresenta uma redução de 3%, equivalente a uma diminuição de 1.3 milhões de euros em comparação com o ano anterior. Este resultado é decorrente do aumento da despesa corrente em 5.7 milhões de euros e da diminuição da despesa de capital em 7 milhões de euros. O aumento da despesa corrente deve-se à descentralização de competências nas áreas da Educação e da Saúde, enquanto a diminuição da despesa de capital está relacionada com a mudança do quadro comunitário. O orçamento para 2024 é de mais de 48 milhões de euros, o que permite aumentar a capacidade de investimento, resultando numa poupança corrente de mais de 5 milhões de euros. Este reforço da independência financeira, que se prevê aproximar dos 39%, está acima da média dos 308 Municípios que se situa nos 36.5%, como referido no último Anuário Financeiro dos Municípios, elaborado pela Ordem dos Contabilistas Certificados. É um orçamento que reflete as estratégias que este Executivo implementou para garantir uma gestão responsável dos nossos recursos, reduzir a dependência de financiamento externo e consolidar a gestão dos recursos financeiros de maneira mais autossuficiente, pautado pelo rigor e prudência nos pressupostos, nomeadamente sendo conservadores na projeção da receita, pela gestão cuidadosa, transparente e pelo rigor nas contas e pela concentração de meios na coesão social, na economia, no emprego, na cultura e no desenvolvimento, áreas em que a atuação do Município é relevante e

decisiva para a qualidade de vida dos cidadãos. Além disso, são alocados mais de 9 milhões de euros para investimentos em 2024, sem contar ainda com o financiamento do Norte 2030, ao contrário do que o Dr. Leonel, vaticinava realmente naquela altura quando dizia que a Câmara não dispunha de dinheiro para construir novos equipamentos, não fora os fundos comunitários. Estes 9.4 milhões de euros de investimentos estratégicos referenciados no Plano Plurianual de Investimentos promovem o crescimento do Município, a sustentabilidade, melhorias na mobilidade, fortalecimento das infraestruturas desportivas e garantia de mais habitação. É importante destacar que, mesmo promovendo todas estas políticas, não aumentamos as taxas e impostos municipais. Foi mantida a taxa mínima de 0.3% do Imposto Municipal sobre Imóveis e foi aplicado o IMI Familiar. Além disso, é um Município que mantém a isenção da derrama sobre o lucro das empresas. Importa, ainda neste campo, realçar que a média do imposto direto por habitante no nosso Município, é de 158.54€, muito abaixo dos 271€, da média nacional, conforme publicado também no Anuário Financeiro. Numa análise mais política, atrevo-me a sintetizar desta forma: contas certas, investimento elevado, rigor orçamental e independência financeira crescente. Esta é a marca do Orçamento Municipal do Município de Lousada que, em 2024, propõe-se a investir ainda mais: Investir na construção de novos equipamentos desportivos, como é o caso do concurso que irá surgir para Aveleda, Figueiras, Boim, Nespereira e Lodares ou a ampliação do Complexo Desportivo de Lousada para mais valências; na construção de habitação acessível nas freguesias de Vilar do Torno e Alentém, Sousela, Boim, Nevogilde, Meinedo e Torno, a par do novo edifício junto à GNR para cerca de 45 novas habitações; na nova loja do cidadão; na centralização dos transportes públicos na Comunidade Intermunicipal através de um novo contrato de concessão que iniciará no dia 1 de agosto e que trará novas rotas a Lousada, assim como o transporte a pedido; na construção do novo Centro de Saúde do Mezio, em Nevogilde, que abrangerá as freguesias de Nevogilde, Nespereira, Casais, Figueiras, Covas e os utentes que assim o desejarem; na requalificação do Centro de Saúde de Lousada e na ampliação dos Centros de Saúde de Lustosa e Meinedo; no cofinanciamento de novos equipamentos sociais que já vemos a serem construídos como é o caso das creches de Meinedo, Caíde de Rei e Cristelos, assim como o novo lar em Nevogilde. Temos, pois, um excelente orçamento que dá resposta a um conjunto de necessidades do nosso território, como um todo, com muito rigor orçamental, um aumento da independência financeira, conjugado sempre com uma aplicação de impostos baixos, como é tradição neste Município. Numa outra vertente, não poderia deixar de parabenizar pelas grandes opções, que aqui destaco: a requalificação do Parque Escolar tem sido notória com avultadas intervenções e que reforçam a qualidade das nossas instalações escolares. Na Habitação, começamos a vislumbrar a concretização de múltiplas soluções habitacionais que nos próximos anos e depois de construídas, poderão servir a nossa população para o mercado de arrendamento acessível. Na Saúde, após um trabalho notável, vão

lcastri
12

iniciar-se os procedimentos para as obras de melhoria das condições dos quatro centros de saúde, auscultando a comunidade médica sobre as principais necessidades, num investimento previsto de 4.3 milhões de euros. A construção de uma nova unidade de saúde no Vale do Mezio prevê um encargo de 2.6 milhões de euros, de modo a servir as freguesias de Nevogilde, Nespereira, Casais, Figueiras e Covas, enquanto para a requalificação dos Centros de Saúde de Lousada e de Lustosa estão apontados, respetivamente, 400 mil euros, e 280 mil euros. Já para a ampliação do Centro de Saúde de Meinedo estão previstos 950 mil euros. Ou seja, mais uma vez quando a oposição vaticinava o seu fecho, o que fazemos é ampliar o Centro de Saúde de Meinedo! No início deste mês foi, ainda, assinado o auto de consignação para a construção do novo Lar Residencial para Idosos, em Nevogilde, denominado Casa de Louzada, promovido pela ACIP em parceria com o Município. Com uma área de cerca de 1.500m², trata-se de uma construção de raiz com uma capacidade para 60 utentes, distribuídos por 22 quartos duplos e 16 individuais. Os encargos ultrapassam os 5 milhões de euros, com o apoio do PRR, e cria uma oportunidade de desenvolver um projeto sustentável e inovador e de muita necessidade para o concelho. E, aqui, acrescento de facto este investimento não foi um dos propostos pela Coligação. Foi celebrada a escritura do terreno de 9 mil m², em Caíde de Rei, cedido pelo Município ao IEFP, para a construção do Centro de Formação Profissional do Tâmega e Sousa. Terá capacidade para 450 formandos, após um investimento de 16 milhões de euros, para a qualificação em diversas áreas. Outra das grandes opções que louvamos é a previsão da aquisição de terrenos, com uma verba definida de 1 milhão de euros, que será reforçada com a incorporação do saldo de gerência. Para além dos terrenos já adquiridos, com encargos plurianuais, estão aqui incluídas novas aquisições que pretendemos efetuar, como por exemplo, os terrenos do campo de jogos do Lagoas e os necessários para a sua ampliação e acessos, terrenos para as Festas da Sra. da Ajuda, terrenos para parques de lazer e terrenos para um novo paddock da Pista da Costilha, num local diferente do atual, a norte dos terrenos ocupados pela pista. -----

Relativamente aos transportes públicos este Município delegou na CIM do Tâmega e Sousa as competências referentes aos serviços públicos de transporte de passageiros, pelo que as verbas a alocar para esse efeito serão transferidas para a CIM e estão incluídas no Orçamento Municipal da Despesa. Como também já aqui foi referido, foi adjudicado um contrato para uma nova concessão de transportes públicos rodoviário na região, com o objetivo de promover o transporte rodoviário de passageiros e torná-lo mais eficiente, mais funcional e sustentável. A fase de exploração desse contrato vai iniciar no dia 1 de agosto de 2024. Na última reunião de 31 de outubro de 2023, acrescento ainda que o Conselho Intermunicipal da CIM do Tâmega e Sousa aprovou também o projeto de alargamento do sistema de Transporte a Pedido, denominado LIGA aos Municípios de Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira e Penafiel, a partir dessa mesma data agosto de 2024, solução bem equacionada e quero

lcastw
B
12

parabenizar e que trará vantagens sempre pensadas para a população local. Este é, pois, um Orçamento de elevado investimento, responsável financeiramente e com Boas Contas como sempre habituamos os Lousadenses, pelo que votamos natural e fundamentadamente, a favor destes documentos.» -----

castro
P.S.P
N

----- Pelas 23h27min, saiu definitivamente da sala, Diogo Agostinho Carvalho Aires, Presidente de Junta de Freguesia de Sousela da Coligação Acreditar Lousada; -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO: «Começou por dizer que a Câmara nunca teve tanto dinheiro para gastar. Para já, a Câmara não tem dinheiro para gastar. A Câmara tem dinheiro para investir e foi sempre essa a nossa política, não foi de gastar dinheiro por gastar, foi investir. Investir em obra e nas pessoas, investir na melhoria da qualidade de vida. Mas não é verdade o que disse. Da forma que disse parece que temos dinheiro a rodos que dá para tudo e mais alguma coisa. É uma falácia completa. Porque, efetivamente, eu diria que nunca houve tanta disponibilidade como está a existir para se conseguir executar muitos equipamentos, mas não são recursos do Município. Por exemplo, no PRR a Câmara vai ter acesso a esse instrumento apenas, que me lembre, para habitação e saúde. Porque o resto não é com a Câmara. Na habitação a parte não financiada é de 45%. Há uma perspetiva que nós estamos a tentar alcançar que é executar rapidamente para que a taxa de financiamento em vez dos 55% seja 100%, mas não há garantia nenhuma disso e por isso é que nós, neste orçamento, estamos a alocar uma verba substancial de um milhão de euros para acelerarmos a execução para, porventura, podermos passar dos 55% para 100% e com aquele valor fazemos mais investimento, mas sempre de uma forma sustentada. Depois temos os Centros de Saúde mas esse investimento nem estava previsto sequer há um ou dois anos atrás, portanto, é uma coisa mais recente que vem na sequência da transferência de competências, mas depois temos muitos investimentos que já não somos nós que gerimos, mas que são igualmente importantes para o Concelho, mas não é dinheiro que está disponível para a Câmara Municipal, nem nós fazemos questão que assim fosse, porque o que interessa é que as coisas se façam e que aconteçam. Fora estas duas áreas da habitação e da saúde, não está previsto mais nada gerido diretamente pela Câmara no PRR. -----

----- Interessa também esclarecer que há um conjunto significativo de verbas que são genéricas e de onde sai a despesa para muitas das solicitações e de muitas das realizações que fazemos nas freguesias. Foi aqui referido, por exemplo, o apoio para as casas mortuárias, de Aveleda, esqueceu-se de Alvarenga, por exemplo, mas está assumido que vamos apoiar. Mas nós não podemos criar uma rubrica específica para isso porque

não é uma obra da iniciativa municipal. No PPI só pode constar aquilo que são realizações do próprio Município. Se a perspectiva é apoiar uma IPSS, uma Associação ou uma Junta de Freguesia nós não temos de ter isso previsto no PPI, mas antes no orçamento, com verbas disponíveis e temo-las lá disponíveis para isso. Há "N" exemplos no orçamento ou no próprio PPI, porque algumas das obras podem ser realizadas diretamente por nós, como por exemplo, a Rua do Soeiro, em Sousela. Como o caminho é municipal e a obra de alargamento é considerável, é a Câmara que vai assumir a obra, não está aqui especificado, mas está numa rubrica genérica que é a construção de muros e obras correntes. Mas tem muitas outras rubricas genéricas de onde depois saem essas despesas de aquisição de terrenos, reparação de edifícios e na reparação de edifícios, por exemplo, o que está previsto a título de exemplo, a climatização do Jardim de Infância de Covas, climatização do Jardim de Infância de Nogueira, Aveleda, etc., ou seja, não tem que dizer especificamente o que vamos fazer. Nós até podíamos ter mais detalhe, mas se vocês já se queixam que a letra é tão pequenina, imaginem o que seria se nós discriminássemos todas as operações que vamos fazer, era um exercício completamente exagerado. Há outras rubricas genéricas que beneficiam todas as Juntas de Freguesia, como os betuminosos, equipamento básico e já falei das casas mortuárias. Relativamente àquilo que foram as propostas da Coligação, terão o melhor dos propósitos, mas está mais do que evidenciado que não acrescentam muito àquilo que foi o exercício que nós vertemos no orçamento e no PPI. -----

-----Temos um PPI que ultrapassa os 9,4 milhões de euros, e eu acho que isto é mesmo muito importante, porque este é o ano Zero, porque nós fechamos um ciclo de investimentos do Norte 2020 e vamos iniciar um novo ciclo em 2023, mas neste momento em que estamos a aprovar PPI ainda não temos essas verbas disponíveis, a não ser as do PRR para os Centros de Saúde e para 55% do investimento da habitação, fora isso, não temos mais fundos comunitários. Este cenário vai melhorar, e vai melhorar porquê? Como disse há pouco em 2024 têm de sair avisos do Norte 2030 e à medida que as candidaturas sejam apresentadas e sejam aprovadas, as verbas definidas no PPI vão ser outras, substancialmente superiores. Destaco o investimento na ordem dos 2,9 milhões de euros na sustentabilidade ambiental, com diversas iniciativas, desde a aquisição de terrenos, e só para este tema estamos a falar 768 mil euros, 180 mil euros para rearboreção de espaços verdes e criação de ilhas sombra, uma série de investimentos para preservar o meio ambiente e promover um futuro mais verde para todos e, sobretudo, a qualidade de vida. Já referi que uma das grandes preocupações tem sido a aquisição de terrenos, não só para esta vertente, mas para outras, para o desporto e outro tipo de respostas e pretendemos utilizar parte do saldo de gerência para concretizar outras aquisições. Já aqui foi referido a questão da Pista de Costilha, neste momento estamos a ultimar as negociações para se resolver de vez a questão da Pista da Costilha. A solução passará por adquirir os terrenos ocupados pela pista, através de um acordo com os proprietários, no sentido de se fazer aquilo que se fez aqui

Leastru
18-18
12

da Praça do Românico, aprovando o Plano de Pormenor e a Câmara assumir a execução das infraestruturas no valor daquilo que é a cedência que nos vão fazer dos terrenos, naturalmente, descontando aquilo que os proprietários pelo facto de poderem também ter o seu terreno urbanizado já são obrigados a ceder determinadas áreas para espaços verdes e equipamentos, etc... É um exercício que estamos a fazer, tal como fizemos na Praça do Românico, onde conseguimos adquirir esses terrenos sem ter que os pagar em dinheiro. Portanto, pagamos em espécie, em obras e com isso também vamos dinamizar aquela zona, criando uma nova centralidade e criando ali uma nova zona de expansão da Vila devidamente qualificada com todas as condições, com uma rede viária devidamente planeada que seja suficiente para dar resposta àquilo que vão ser as centenas de habitações novas que vão existir, mas também que crie mais fluidez e que a pista depois de estar requalificada possa funcionar sem qualquer prejuízo para essa nova zona de expansão. Para isso é determinante adquirir terrenos para substituir os terrenos que são ocupados atualmente pelo paddock, e para isso também estamos a fechar as negociações com a Casa da Costilha, faltam apenas pormenores, creio que a muito curto prazo nós teremos condições para fechar mais um acordo e vamos adquirir terreno suficiente para instalar o paddock e para o ampliar para que aquela pista fique com terreno suficiente para ter outras valências que atualmente não tem. A nossa ideia é criar condições para que a pista seja devidamente requalificada e possa receber eventos de âmbito europeu e de âmbito mundial. -----

----Para o desporto também uma verba significativa de 1,2 milhões de euros, para o terreno que já falei, a requalificação dos campos com colocação de relva sintética, etc. Está previsto a curto prazo um pequeno investimento nas piscinas na ordem dos 112 mil euros, mas está já sinalizado no norte 2030 uma grande intervenção nas piscinas, nomeadamente, uma ampliação para mais um tanque de hidroginástica que é uma necessidade, porque o que existe é manifestamente pequeno para aquilo que são as suas solicitações e, naturalmente, uma intervenção ao nível da eficiência energética e da requalificação de todos aqueles equipamentos uma vez que é um equipamento, que como sabem, tem um prazo alargado e muito tem aguentado. -----

----Para a habitação já aqui referi também um grande investimento de um milhão de euros, nós temos já projetos aprovados e alguns concursos lançados, um deles, inclusivamente, adjudicado, portanto é uma das prioridades, seguramente, para o ano de 2024 e 2025. Basicamente era isto que eu queria dizer sobre o PPI. -----

----Sobre o orçamento, hoje a Dra. Eduarda lembrou-me o Sr. Santos que dizia praticamente tudo sobre o Orçamento e PPI e depois não nos deixava espaço para acrescentar muito mais, portanto, eu só destacava a questão da independência financeira, que ela própria aqui referiu, ou seja, mesmo ainda sem termos aqui disponíveis as verbas do Norte 2030 nós temos um Orçamento e PPI muito ambicioso em termos de investimento, cada vez mais geramos poupança corrente, cada vez mais nós afetamos receita

corrente para despesa de capital e esse é o bom caminho e que contraria, totalmente, aqueles cenários catastróficos do passado, que diziam que nós estávamos a caminhar em sentido inverso, no sentido de que estávamos cada vez mais endividados, e que no futuro não iríamos ter dinheiro para nada. A história, mais uma vez, dá-nos razão. Naturalmente que não é o orçamento ideal, quem me dera ter mais recursos, mas, é sobretudo, um exercício equilibrado porque, se porventura, nós tivéssemos uma política fiscal menos restritiva, como uma grande parte dos Municípios tem, seguramente, que teríamos muitos mais recursos e seguramente, seria possível construir, por exemplo, aquilo que aqui veio propor do Centro de Congressos do Vale do Sousa. Já agora, a esse propósito, pergunto se há alguém nesta sala que acredite que se eu apresentasse uma proposta destas na CIM, os meus colegas iriam contribuir com uma parte para esse investimento? Era o que faltava! Esse centro de congressos, esse multiusos, se um dia existir em Lousada tem de ser com fundos próprios ou com fundos comunitários. Eu já o disse, creio eu, numa reunião de Câmara que para isso ser possível, nós tínhamos de abdicar de tudo o resto. A estimativa que temos para o multiusos é na ordem de 12 milhões de euros, e esse valor é impensável, é uma questão de prioridades. Se houvesse, por exemplo, no PRR uma linha de financiamento para o efeito era outra coisa, mas não existe, e como não existe, ou há fundos próprios ou há verbas dos fundos comunitários. Mas tendo nós uma verba na ordem dos 17 milhões de euros do Norte 2030, fácil está de ver que não teria sentido alocar 12 milhões num só projeto, isto se as regras permitissem financiar esse investimento, o que não é o caso, porque essas dotações estão em diversas gavetas nas quais só cabem determinadas operações, não cabe aquilo que nós gostaríamos. Ou seja, é um exercício muito difícil e neste momento isso é impensável.» --

Leostinc
P.S.D
R

----- Ausentou-se da sala o seguinte elemento: -----

→ **Eduardo Augusto Vilar**, Presidente da Junta da União de Freguesia de Cristelos, Boim e Ordem (Partido Socialista). -----

E

----- **Pelas 23h41min, saiu definitivamente da sala, Elisa Maria F. C. Rosa Mesquita Pinto**, Presidente de Junta de Freguesia de Torno (Partido Socialista).

----- Finalizadas as intervenções por parte dos Membros Municipais presentes, passou-se à votação e obteve-se a seguinte **DELIBERAÇÃO**: -----

----- No uso da competência prevista na alínea a), do n.º 1 do art.º 25º, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro que estabelece o Regime Jurídico das

Autarquias Locais (versão atualizada), conjugado com o n.º 1 do art.º 44.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (versão atualizada), **a Assembleia Municipal de Lousada aprovou com 20 votos a favor do Partido Socialista e 9 abstenções, da Coligação Acreditar Lousada, os “Documentos Previsionais para o ano de 2024, acompanhados da Proposta de Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos, para o ano de 2024, com Relatório de Apresentação do Orçamento e Normas de Execução Orçamental para 2024”**. -----

Lcastri
PSP
12

3. -----Taxa de IMI, para vigorar no ano de 2024. -----

----- A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 27 de novembro de 2023, **aprovou por maioria, submeter à Assembleia Municipal de Lousada, para aprovação de fixar a taxa do imposto municipal (IMI) sobre os imóveis em 0,3%, a aplicar sobre prédios urbanos, para vigorar no ano de 2024, bem como, fixar uma redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para vigorar no ano de 2024, a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, com 3 ou mais dependentes a cargo, e que seja efetivamente afeto a tal fim, através de uma dedução fixa de 140€ (cento e quarenta euros), cumprindo o estipulado no artigo 25.º, n.º 1, alínea d) da Lei 75/2013, de 12 setembro, na sua redação atual e do artigo 112.º e 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.** -----

----- **Regressou à sala o seguinte elemento:** -----

– **Eduardo Augusto Vilar**, Presidente da Junta da União de Freguesia de Cristelos, Boim e Ordem (Partido Socialista). -----

----- Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte, **DELIBERAÇÃO:**

----- No uso da competência prevista no artigo 25.º, n.º 1, alínea d) da Lei 75/2013, de 12 setembro, na sua redação atual e do artigo 112.º e 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, **a Assembleia Municipal aprovou com 22 votos a favor (21 do Partido Socialista e 1 da Coligação Acreditar Lousada), 7 votos contra da Coligação Acreditar Lousada e 1 abstenção da Coligação Acreditar Lousada, de fixar a taxa do imposto municipal (IMI) sobre os imóveis em 0,3%, a aplicar sobre prédios urbanos, para vigorar no ano de 2024, bem como, fixar uma redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para vigorar no ano de 2024, a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria e**

permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, com 3 ou mais dependentes a cargo, e que seja efetivamente afeto a tal fim, através de uma dedução fixa de 140€ (cento e quarenta euros).-----

-----Com as seguintes declarações de votos dos seguintes Membros Municipais:-----

----- PEDRO AMARAL, Coligação Acreditar Lousada: «A Coligação PSD/CDS, vota contra a proposta deste executivo da Taxa de IMI, a vigorar para o ano de 2024, na medida em que, vem consistentemente defendendo o alargamento da redução da taxa deste imposto, não só para os agregados com três filhos ou dependentes a cargo, mas também os agregados com dois filhos ou dependentes a cargo. Tanto mais que os camaradas socialistas deste executivo na Assembleia da República, na lei que aprovou as medidas no âmbito da habitação foram sensíveis à necessidade de adequar os valores da redução do imposto ao atual contexto económico e social do país, possibilitando às autarquias uma redução de 70€, para as famílias com dois dependentes e 140 para as famílias com três. Ora tendo em conta o contexto socioeconómico vivido pelas famílias e, em simultâneo o aumento significativo, aqui também confirmado pelo senhor Presidente, nas receitas deste Município em impostos diretos e indiretos de cerca de 1 milhão e 700 mil, consideramos que é de uma tremenda indiferença social deste executivo recursar-se a pretexto de uma alteração legislativa do seu próprio partido a nível nacional, reduzir a taxa de imposto às famílias lousadenses com dois dependentes a cargo. Acresce que estamos perante uma taxa de imposto e respetiva redução que são revistos anualmente pelo que nada impede que este executivo possa ponderar esse apoio às famílias revendo anualmente, razão para dizer que os problemas da habitação e das famílias são só pimenta para o governo, para este Município aparentemente são refresco.» -----

-----JOÃO FONSECA, Partido Socialista: «Quería antes de mais cumprimentar a Mesa, na pessoa da Sra. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, caros colegas deputados, público aqui presente e quem nos assiste pela internet. Numa análise aos documentos aqui apresentados, verificamos que o Município mantém a taxa de IMI, com um valor mais baixo possível, como já foi aqui referido várias vezes, de 0,3%, quando podia ser de 0,45%. A estimativa é que, ao não aplicar a taxa de 0,45%, o Município abdica de mais de 1 milhão de euros em receita, mas que, em contrapartida, deixa este valor às famílias lousadenses, sendo então um apoio fundamental e, ao mesmo tempo uma receita considerável de que o Município está a abdicar. É evidente que esta baixa de taxa de IMI não só incentiva o investimento do imobiliário, mas também atrai residentes, e, tal como já ouvimos aqui há pouco, traz-nos acréscimo da receita. Mas também, como já ouvimos e já foi aqui amplamente discriminado e discutido, também temos tido serviços que estão a ser implementados e outros benefícios que daí advêm para os

munícipes. Por isso, a política fiscal do Município pode e deve ser analisada de uma forma mais abrangente e também já foi aqui referido que se observamos de um ponto de vista mais global e analisando o imposto direto por habitante verificamos que, nós temos 158€ previstos para o orçamento do nosso Município em impostos diretos por habitante, enquanto a nível nacional a média está nos 271€. Somos, então, um Município fiscalmente responsável, apostados na estabilidade orçamental e com impostos reduzidos. Contudo, como já vem sendo hábito, a bancada do PSD/CDS, mantém uma postura que muito lembra o ditado popular que, “sol na eira e chuva no naval”! Foram muitas das propostas que aqui foram apresentadas, não obstante tudo aquilo que já foi feito ou tem vindo a ser feito pelo Município em setores fundamentais como a educação, a saúde, a habitação, apoio social entre outros, mas mesmo assim a bancada do PSD/CDS, continua a pedir mais, mais e mais. Isso também gostaríamos de ter, no entanto depois temos o contraposto. Não podemos conjugar isto, fazer cada vez mais reduções nas contribuições, mais ainda do que aquelas que o Município já faz - e faz aquelas que entende serem possíveis para continuar a assegurar todos os serviços que tem fornecido aos munícipes e a nosso entender muito bem. Sugeria, então que se fizesse o exercício de comparação com as taxas e os impostos dos Municípios vizinhos, que também têm as mesmas condições que nós, e veriam se são idênticas. E, já agora, que a oposição quando apresentar propostas as concretize apresentando a fonte de financiamento e porventura explique quais os serviços que teríamos de abdicar para os concretizar.» -----

----- **AGOSTINHO GASPAR, Coligação Acreditar Lousada:** «Eu prometo Sra. Presidente que não vou fazer nenhuma intervenção que estava previsto para o ponto, deixou passar e depois fez em título... o caro amigo fez uma intervenção política que estava prevista, tinha estudado para fazer relativamente ao ponto e depois veio aqui então em declaração de voto fazer a intervenção que deixou passar, estava distraído, não há problema nenhum, acontece, mas pronto. Eu votei contra esta proposta por uma razão muito simples. Para 2024, está previsto um aumento de receita só com impostos diretos e relativamente a 2023, só em impostos diretos 1 milhão 545.886€, só em impostos diretos. Relativamente à previsão de cobrança de taxas como dizia o Dr. Leonel Vieira e em taxinhas está um aumento previsto de 953.916.98 mil euros. Eu pergunto, mais de 2 milhões de euros de aumento de receita que o Município tem e é por isso que hoje a conjuntura económica é totalmente diferente de quando se faziam as declarações que aqui foram proferidas no passado estamos, eu peço desculpa pela expressão, mas estamos em tempo de vacas gordas, é preciso ter isto bem ciente. Eu pergunto, a título excecional por um ano ou por dois anos quando temos um problema inflacionista no país, numa altura em que as famílias pagam três vezes mais pela sua casa mensalmente que ao que pagavam há uns meses a esta parte, o Município não podia aqui abdicar de uns trocos, desculpe o termo, para o Município é uns trocos em relação ao aumento de receita que tem para as famílias no mínimo com dois

Lcastro
PSD
N

agregados a cargo. Mais, o Sr. Presidente de Câmara, há um ano a esta parte, nesta mesma Assembleia Municipal, disse que admitia rever esta posição, admitia estudar este assunto e admitia alterar esta situação. Isto todos os anos temos de votar e, temos de decidir, se para o ano as condições excecionais que levariam a abdicar desta pouca receita, porque é preciso perceber qual é o valor da receita que está em causa, o valor que se perde com dois dependentes a cargo é muito pequeno para a Câmara. Portanto, não valeria a pena fazer este sacrifício? Eu acho que valia, sinceramente. Isto nem é uma questão política.» -----

lousada
PSD
PC

4. -----Taxa de IRS, para vigorar no ano de 2024. -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 27 de novembro de 2023, deliberou por maioria, **aprovar e submeter à Assembleia Municipal de Lousada para aprovação da proposta de fixação em 4% a participação variável deste Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Lousada, para vigorar no ano de 2024, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada), conjugado com o n.º 1 do art.º 26.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro.** -----

-----**Intervenção do Membro Municipal, PEDRO AMARAL, da Coligação Acreditar Lousada:** «PSD e CDS continuam a defender como aliás sempre defenderam que uma das responsabilidades sociais do Município passa por dentro das suas possibilidades e competências aliviar a carga fiscal sobre os cidadãos e as famílias. Nessa linha defendemos desde sempre e sem qualquer contradição, antes que o Sr. Presidente também venha com essa cartada, que o Município devia diminuir a sua participação fixa no IRS. Há precisamente um ano defendemos uma descida de 0,5% e, o Partido Socialista, recusou-a. E, em vez de explicar aos Lousadenses, porque não lhes quer devolver 0,5%, na participação do IRS, limitou-se a acusar a Coligação de já ter defendido uma devolução de 1,5%. Ao recusar a proposta de descida da participação este executivo está a dizer aos Lousadenses, que numa receita de cerca de 1 milhão de euros, não abdica em prol dos cidadãos de cerca de 136 mil euros. 1,5%, Sr. Presidente são três anos de descida gradual da participação do Município no IRS. Este executivo gastou 700 mil, no telheiro dos autocarros, só ali estão equivalentes a 5 anos de descida na participação do IRS do bolso dos Lousadenses. Na Praça do Românico ou agora do Desaterro do Românico, voaram mais 300 mil, são mais de dois anos desta descida na participação do IRS. Portanto, a política, de facto, Sr. Presidente, faz-se de opções, a vossas estão à vista. Agora assumam de uma vez por todas perante os

Lousadenses, que no que toca ao IRS como do resto no que toca ao IMI, os Srs. não descem a participação do Município porque não querem. Disse.» -

Intervenção do Membro Municipal, SÓNIA OLIVEIRA, do Partido Socialista: «Boa noite, Sra. Presidente, Srs. Secretários, Sr. Presidente do executivo, Sra. e Srs. Vereadores, caros Deputados, Público aqui presente, Comunicação Social e Público em casa.-----

Conforme mencionado anteriormente, pelo meu colega João, relativamente à taxa do IMI, o mesmo princípio se aplica a taxa do IRS. A política fiscal do Município requer uma análise muito mais global e, com os dados que conhecemos hoje, verificamos que temos a menor taxa de IRS, aqui dos nossos quando comparada com os nossos vizinhos Municípios, que tipicamente se situa nos 5%, sendo a nossa de 4% apenas. Reduzir para 3,5%, como sugeria o Deputado, Pedro Amaral, como foi proposto pela Coligação, implicaria uma perda de receita de aproximadamente meio milhão de euros. E, a questão que se coloca é: como compensamos essa diferença? Aumentamos o IMI? Implementamos a cobrança da DERRAMA como fazem os nossos vizinhos e que nós orgulhosamente nunca o fizemos ou compensamos através de financiamento bancário. Caríssimos, na minha opinião, apresentação das propostas de redução de impostos deve ser acompanhada por alternativas viáveis, fundamentas ou corremos o risco de nos comprometermos relativamente à nossa autonomia financeira. Quero acreditar que todos concordamos que não queremos deixar e não vamos deixar um Município endividado para as próximas gerações.» -----

Resposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO:

-----«Numa intervenção anterior, creio sobre o PPI, foi-me perguntado qual tem sido o aumento da receita fiscal do IMI e, eu não tinha os dados de cor, tinha a perceção de que não seria tanto quanto isso e, agora já tenho aqui os dados. Nós em 2023 tivemos, face a 2022, um aumento de receita de 49 mil e 455€, portanto não foi nada de extraordinário. Em 2024, efetivamente a previsão é um crescimento exponencial, mas isso tem a ver com regras de elaboração de orçamento, e não uma previsão real. Estão aqui previstos uma verba na ordem de meio milhão de euros, mas não é real, não vai acontecer. São regras previsionais. As Câmaras Municipais, quando preveem este tipo de receita, não é como antigamente. Felizmente aqui em Lousada nunca foi assim, mas antigamente quando se queria inflacionar os orçamentos, faziam-se previsões irrealistas da receita, como, por exemplo, na venda de terrenos. E depois, com base naquela previsão de receita que não se ia confirmar, faziam despesa e por isso é que algumas Câmaras ficaram na situação difícil que ficaram. Atualmente, por exemplo, ao nível da receita de alienação de imóveis é com base no histórico, não sei agora de cor se são três ou quatro anos, mas é uma média. Para a receita fiscal também há uma determinada fórmula, portanto, o facto de estar aqui previsto aumentos exponenciais de 2023 para 2024, quase de certeza que não vai acontecer, pelo menos nesta ordem de grandeza, seguramente, que não. E, só para terem uma ideia, tenho aqui os dados,

não só do IMI, nós em 2023 temos aqui um aumento apenas de 49 mil euros. E não estas quantias astronómicas que vocês aqui referiram. No IMT, foi mais, 184, mas o IMT é muito volátil e com esta conjuntura económica em que vivemos a tendência seguramente será para abrandar ou para diminuir drasticamente. Portanto, essa conceção que aqui expuseram de que vai subir em flecha, não é verdade, não vai acontecer e, portanto, tem que ver com as regras de elaboração do orçamento e depois na Prestação de contas veremos. Não podemos ler esses dados como uma certeza, porque não vai acontecer. O histórico dos últimos anos não é neste sentido. -----

-----Relativamente à intervenção do Dr. Pedro Amaral, fica-lhe mal, essa demagogia que usou aqui, pode usar todos os argumentos e mais algum para justificar o seu ponto de vista, mas acho que lhe fica mal vir para aqui falar de um telheiro, não sei que telheiro é esse? Mas aquela obra que presumo se estivesse a referir, o terminal rodoviário, está a ter uma boa utilização e isso é público, basta passar lá. É uma referência do ponto de vista de arquitetura. O projeto foi elaborado pelo mesmo arquiteto que elaborou o projeto do Centro Interpretativo do Românico. É uma obra interessante de ponto de vista da arquitetura e de engenharia pela técnica construtiva. E, já o disse aqui, pode não concordar, é o seu ponto de vista e fica com ele e eu fico com o meu. Mas o interesse pelos territórios, pelas cidades, pelas vilas, pelos concelhos cada vez mais se faz com a arquitetura. E, isso é assim mesmo, quantos e quantos destinos turísticos são procurados sobretudo pelo interesse que existe na visitação de alguns monumentos, de alguns edifícios modernos e, portanto, fica-lhe mal, acho eu, sobretudo um jovem, formado em Direito, vir para aqui com esta demagogia, enfim... Depois, vir para aqui também repisar a ideia de que voaram 300 mil euros, mas voaram para onde? Não leu as atas, não percebeu ainda o que é que está em causa? Não voaram coisa nenhuma. Houve ali um investimento e a Câmara para acautelar o interesse público, teve de rescindir o contrato e agora vai haver consequências. E, nós temos do nosso lado as cauções, estão a ser acionadas e depois cá estaremos para nos entendermos em tribunal com o empreiteiro, se ele não concordar. E, portanto, acho que é demagogia pura vir para aqui com esse tipo de argumentário. -----

-----Depois volto a dizer aquilo que sempre tenho dito nesta matéria, nós pedimos messas a todos, porque a este propósito da política fiscal, nós temos em Lousada a taxa mínima de IMI, desde, salvo erro, 2014. Nestes, últimos dez anos, se não tivéssemos prescindido de 1 milhão e meio de receita por ano, teríamos uma verba suficiente para o dito Centro de Congresso do Vale de Sousa. Mas, ou se faz uma coisa, ou se faz outra. E, portanto, nós continuamos no mesmo registo de ter uma política equilibrada, por um lado temos de ter receitas para satisfazer aquilo que são as necessidades e os anseios da população. E, se é verdade, por exemplo que nós estamos a crescer em termos de parque habitacional e é natural que com isso a receita de IMI também vá crescendo, como é óbvio, mas o exercício não é tão simples quanto isso, porque à medida que vão nascendo novos complexos habitacionais, à medida que nós vamos

Leastro
10-30
A

subindo, aumentando a população, vão aumentando também as necessidades e a despesa, como é óbvio. E, portanto, para nós mantermos o padrão de qualidade e a mesma independência financeira temos de continuar uma gestão equilibrada. Portanto, não podemos ver a questão só por um lado, porque estas questões têm dois lados opostos e o que nós procuramos fazer sempre é o ponto de equilíbrio e a este nível do IRS já tem sido dito repetidamente nos últimos anos que os únicos municípios que prescindem mais do que nós, e alguns deles até prescindem de tudo, são municípios com muito pouco dinamismo económico, cuja preocupação é a outro nível, como seja a desertificação. Lembro-me de ver no ano passado um município que prescindiu de tudo, de uma receita esperada de 74 ou 75 mil euros, ou seja, não tem expressão nenhuma no orçamento daquele Município que provavelmente estará mais preocupado com a desertificação. Fora isso e a não ser que seja um Município com uma estrutura de receita de grande independência, como são os grandes Municípios do país, não se encontram muitos municípios a prescindir mais do que Lousada, aliás, aqui na região somos o Município que mais prescinde de receita de IRS. Quem me dera que não fosse os três e meio, que fosse zero. Mas, volto a dizer, tem de ser um exercício equilibrado e, portanto, já foi aqui referenciado um indicador que é objetivo, um exercício comparativo em termos nacionais que todos os anos o anuário financeiro publica e, portanto, a média de impostos arrecadados por habitante é manifestamente inferior àquilo que é a média nacional. E, portanto, estou perfeitamente confortável, mas naturalmente que no futuro, se houver condições para irmos mais além, iremos, mas é sempre um exercício muito difícil, porque é necessário ter recursos para fazer face àquilo que são as nossas e as vossas propostas e esses recursos, como disse o João Fonseca, ou no caso a Sónia Oliveira, ou são receita própria ou então empréstimos. Não há outra via. Ou seja, para nós encaixarmos outras despesas tínhamos de cortar na despesa que estamos a prever e ela tinha que ser identificada, qual a que se prescindia para fazer outras, porque se estamos a contar com uma determinada receita e abdicarmos dela, temos de reduzir na despesa. Não há grande alternativa. E, portanto, a este propósito da política fiscal continuamos nesse ponto de equilíbrio, a prescindir muito mais do que aquilo que é média a nível nacional e neste caso em concreto do IRS, nenhum Município aqui da região prescinde mais do que nós aqui em Lousada.» -----

----- Finalizadas as intervenções por parte dos Membros Municipais presentes, passou-se à votação e obteve-se a seguinte **DELIBERAÇÃO**: -----

----- No uso da competência prevista na alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada), conjugado com o n.º 1 do art.º 26.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades

Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, a Assembleia Municipal aprovou a proposta de fixação em 4% a participação variável deste Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Lousada, para vigorar no ano de 2024, com 22 votos a favor (21 do Partido Socialista e 1 da Coligação Acreditar Lousada) e 8 votos contra da Coligação Acreditar Lousada. -----

Lousada
AS
A

5. ----- Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), para vigorar no ano de 2024. -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 27 de novembro de 2023, deliberou por unanimidade, **aprovar e submeter à Assembleia Municipal de Lousada, para aprovação do percentual de 0,25%, relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem, para vigorar no ano de 2024, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e na alínea f) do artigo 14.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro.** -----

----- Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte **DELIBERAÇÃO:**

----- No uso da competência prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e na alínea f) do artigo 14.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, **a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade de 30 votos o percentual de 0,25%, relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem, para vigorar no ano de 2024.** -----

6.-----Mapa de Pessoal de 2024. -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 27 de novembro de 2023, deliberou por maioria, aprovar e submeter à **Assembleia Municipal de Lousada, para aprovação da proposta do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Lousada para o ano de 2024, ao abrigo das competências conferidas pela alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada), conjugado com n.º 4.º do art.º 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (Lei Geral do Trabalho e Funções Públicas).**-----

----- **Intervenção da Membro Municipal AGOSTINHO GASPAR, Coligação Acreditar Lousada:** «Poderia ser eventualmente uma questão de declaração de voto, mas gostaria de dar esta nota. Obviamente, que esta

é uma matéria para além de sensível, é uma matéria importante, mas acho que, obviamente está na responsabilidade de quem gere o Município, portanto, a oposição tem aqui sempre uma dificuldade objetiva de perceber se é necessário elemento A ou elemento B no determinado departamento ou determinada divisão, enfim... Portanto, obviamente que deixamos isso ao encargo do Município e, confiamos obviamente que se estará no futuro a contratar ou a admitir aquilo que em função das novas competências ou não ou das dificuldades existentes é necessário para suprir as mesmas. No entanto, eu queria chamar aqui atenção, aproveitar este ponto para chamar aqui atenção de uma questão que me parece importante sem qualquer tipo de acusação, mas acho que é importante, porque já falei aqui nela. Obviamente, que nós estamos em 2023, ainda há poucos dias de 2024 e a pouco tempo ou há poucos anos de preparar aqui as eleições autárquicas. E, eu gostava de deixar aqui, porque já o fiz aqui de deixar aqui um alerta ao Município neste sentido, a inclusão ou não de funcionários em determinadas áreas ou determinados temas, não podem servir aqui para prepara as eleições autárquicas. Eu quero deixar isto claro. E, estou a dizer isto aqui porque é voz corrente que a freguesia do Torno e de Vilar do Torno, já têm dois candidatos que vêm trabalhar para a Câmara ou estão na Câmara. Já se está a preparar estas duas freguesias para ter dois candidatos à Junta de Freguesia. Eu estou a dizer aqui hoje isto para ficar em ata. Depois, à frente vamos conferir. Eu estou a ser honesto e estou a levantar uma questão que me parece importante. O próximo candidato à Junta de Freguesia do Torno e de Vilar do Torno tem ou terá emprego no Município. Eu estou a dizer o que se na rua, obviamente que estou numa Assembleia Municipal, não estou na rua, mas, mas quero deixar isto aqui com toda a transparência, com toda a lealdade até, quero deixar isto bem claro, porque acho que isto é um tema importante e, quero dizer mais até confio no Sr. Presidente de Câmara em relação a esta matéria. Mas de qualquer forma não ficaria de bem comigo mesmo nesta altura em que está aqui a debater e a aprovar o Mapa de Pessoal, não falar nisto. Disse.»

-----**Resposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO:**

-----«O Sr. Deputado Agostinho Gaspar, naturalmente, não conhecendo bem, porque não tem contacto funcional com as diversas Unidades Orgânicas, fica sempre numa posição de incerteza quanto à pertinência, ou não, de determinada previsão, percebo, claramente! O problema é que o Sr. Deputado deu uma no cravo e outra na ferradura. Começou muito bem a sua intervenção e estragou tudo com o remate final. Aquilo que eu lhe posso dizer a esse propósito é que o nosso posicionamento, desde sempre, foi transparente e ninguém pode ser beneficiado, mas também ninguém pode ser prejudicado por ter determinada proximidade político-partidária seja com que partido for. Nunca discriminamos ninguém, positiva ou negativamente, e é assim nesse registo que vamos continuar. Se a sua ideia é condicionar as opções do Partido Socialista, acho que isso também não devia acontecer, ou seja, o que eu quero dizer com isto é que ninguém por ser funcionário da Câmara está impedido de exercer os seus

direitos cívicos. Nós temos aqui dentro da sala um Presidente da Junta, que é funcionário da Câmara, foi convidado para ser candidato à Junta e já era funcionário da Câmara e é um excelente Presidente de Junta. E pode acontecer no futuro, aliás, é normalíssimo, é sinal de que temos pessoas de qualidade também para esse efeito. Temos um quadro com muita qualidade, seguramente, mas para termos pessoas com qualidade disponíveis para a causa pública é que o exercício é mais difícil. Vocês também já tiveram do vosso lado candidatos que eram funcionários da Câmara Municipal e outros que não eram cabeças de lista, mas que integravam as listas, e certamente que nunca sentiram qualquer tipo de constrangimento, muito menos de perseguição, porque vivemos num regime democrático, e temos de saber respeitar-nos uns aos outros e nós que temos funções executivas, temos um dever acrescido de não permitir que ninguém seja beneficiado, mas também que ninguém seja prejudicado pelo facto de ser, ou não, funcionário, pelo facto de ter proximidade com um determinado partido político, ou uma determinada religião, ou o que for. A garantia que eu posso dar é que vamos manter esse registo e, portanto, se citou o caso de Vilar do Torno e do Torno, o que posso dizer é que não sei se os candidatos estão escolhidos, mas eu identifico no quadro da Câmara pessoas com muito valor que de uma freguesia, ou de outra, dariam excelentes Presidentes de Junta. Agora, caberá aos órgãos próprios dos partidos fazer essas escolhas, esses convites e depende depois se as pessoas convidadas aceitam, ou não, porque volto a dizer, eu já cá ando há muitos anos, e este é um exercício para o qual poucos estão disponíveis, porque esse exercício exige cada vez mais e é cada vez mais difícil. É preciso um verdadeiro espírito de missão para estar num executivo municipal ou de uma junta de freguesia, porque o ambiente político em que vivemos é cada vez mais difícil. Eu enalteço a função de Presidente de Junta porque sei bem a dificuldade que cada um deles passa no dia a dia, porque partilham comigo, volto a dizer, não será também, seguramente, pelo facto de alguém ser funcionário de uma determinada Instituição ou da Câmara Municipal ou de uma Junta de Freguesia que vão ficar quartados naquilo que são os direitos cívicos de serem convidados para o partido A ou para o partido B ou C. Acho que não lhe fica muito bem esse tipo de insinuações. O senhor veio aqui marcar uma posição para depois, se acontecer aquilo que o senhor acha que vai acontecer, dizer: "Já na Assembleia de dezembro de 2023 eu disse que ia acontecer." Até pode não ser nestas freguesias, pode ser noutras, e até pode acontecer do vosso lado, qual é o problema? Os funcionários da Câmara estão impedidos de participar na vida política local? Não! Não estão! -----

Lousada
PTP

12

----- Finalizadas as intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte **DELIBERAÇÃO**:

-----No uso da competência prevista na alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada), conjugado com n.º 4.º do art.º 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (Lei Geral do Trabalho e Funções Públicas), **a Assembleia Municipal aprovou com 21 votos a favor do Partido Socialista e com 9 abstenções da Coligação Acreditar Lousada, a proposta do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Lousada para o ano de 2024.**-----

lcastro
13/10
N

7. -----Apio às Juntas de Freguesia na construção de Casas Mortuárias. -

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 30 de outubro de 2023, deliberou por unanimidade submeter à Assembleia Municipal de Lousada, nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea j) da lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, para aprovação de um apoio nos seguintes moldes:-----

- a. -----Apoiar as Juntas de freguesia na construção de Casas Mortuárias; -
- b. -----Que o referido apoio seja até um valor máximo de 80% do valor máximo elegível para a construção da obra de 80.000,00€, e conceder à Câmara Municipal uma autorização genérica para apoiar as Juntas de Freguesia na construção de Casas Mortuárias, nos montantes referidos. ----

-----Esclarecimento do Sr. Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO: «A proposta está clara e até vem na sequência de uma solicitação que nos pareceu pertinente do Sr. Presidente da Junta da União de freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, porque entendia que face à subida de preços dos últimos anos que os valores estavam desatualizados. A ideia é fazer essa correção. Por outro lado, apesar de haver poucos investimentos a este nível, temos basicamente Aveleda e Alvarenga, se calhar a pertinência da segunda parte da deliberação não é tão grande como seria há uns anos, que é basicamente a Assembleia Municipal dar uma autorização genérica, definir os pressupostos e depois, em função das necessidades é aprovado em sede de reunião de Câmara e não tem de vir depois à Assembleia Municipal mediante esta deliberação genérica.»-----

-----Finalizada a intervenção, por parte do Sr. Presidente da Câmara Municipal, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte **DELIBERAÇÃO**:

----- No uso da competência prevista no artigo 25.º, n.º 1, alínea j) da lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, **a Assembleia Municipal**

aprovou por unanimidade de 30 votos, apoiar as Juntas de freguesia na construção de Casas Mortuárias e que o referido apoio seja até um valor máximo de 80% do valor máximo elegível para a construção da obra de 80.000,00€, e conceder à Câmara Municipal uma autorização genérica para apoiar as Juntas de Freguesia na construção de Casas Mortuárias, nos montantes referidos. -----

loastric
psf
m

8. -----Micro - reservas - Nespereira - assunção de compromissos plurianuais.-----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 27 de novembro de 2023, deliberou por unanimidade, submeter à **Assembleia Municipal de Lousada, para autorização prévia genérica favorável à da assunção de compromissos plurianuais, relativo a à proposta de celebração de contrato de arrendamento para Micro-Reservas - Nespereira, pelo período de 30 anos, conforme as informações emanadas da Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, n.ºs 20181/23 de 23/10/2023 e 22549/23 de 22/11/2023,), em cumprimento da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22.º do DL 197/99, de 8 de junho e nos termos do artigo 20.º das Normas de Execução Orçamental de 2023.-**

----- Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte, **DELIBERAÇÃO:**

----- No uso da competência prevista na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22.º do DL 197/99, de 8 de junho e nos termos do artigo 20.º das Normas de Execução Orçamental de 2023, **a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade de 30 votos, a autorização prévia genérica favorável à da assunção de compromissos plurianuais, relativo a à proposta de celebração de contrato de arrendamento para Micro-Reservas - Nespereira, pelo período de 30 anos, conforme as informações emanadas da Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, n.ºs 20181/23 de 23/10/2023 e 22549/23 de 22/11/2023.**-----

9. -----Atribuição de subsídio à União de Freguesia de Figueiras e Covas. -

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 11 de dezembro de 2023, deliberou por unanimidade submeter à **Assembleia Municipal de Lousada, para aprovar a atribuição de um subsídio à União de**

freguesia de Figueiras e Covas, no valor de 5.000,00 (cinco mil euros) para gradeamento (Sagrado Coração de Jesus), nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea j) da lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

leastre
RSTP
n

----- Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte, **DELIBERAÇÃO:**

----- No uso da competência prevista no artigo 25.º, n.º 1, alínea j) da lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, **a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade de 30 votos, a atribuição de um subsídio à União de freguesia de Figueiras e Covas, no valor de 5.000,00 (cinco mil euros) para gradeamento (Sagrado Coração de Jesus).** -----

10.----- Regulamento Municipal de Remoção e Depósito de Veículos Automóveis.-----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 22 de dezembro de 2023, deliberou por unanimidade submeter à **Assembleia Municipal de Lousada, para aprovação do Regulamento Municipal de Remoção e Depósito de Veículos Automóveis, nos termos da alínea g), do n.º 1 do art.º 25º, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada).** -----

----- Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte, **DELIBERAÇÃO:**

----- No uso da competência prevista na alínea g), do n.º 1 do art.º 25º, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada), **a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade de 30 votos, o Regulamento Municipal de Remoção e Depósito de Veículos Automóveis.** -----

11.----- Atribuição de apoio financeiro aos Movimentos Seniores do concelho (adstritos às Juntas de Freguesia).-----

----- A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 27 de novembro de 2023, deliberou por unanimidade submeter à **Assembleia Municipal, no uso da competência que lhe é conferidas pela alínea j), do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua**

atual redação para aprovação de um subsídio a atribuir às Juntas de Freguesia, no valor total de 11. 900€ (onze mil e novecentos euros), referente ao ano de 2023, para fazer face aos custos inerentes ao funcionamento dos Movimentos Sêniores que lhe estão adstritos, de acordo com a tabela infra:

Leatn: 12.8
12

MOVIMENTO SENIOR	ENTIDADE PARCEIRA	VALOR SUBSÍDIO
Aveleda	Junta de Freguesia da Aveleda	1 150€
Boim	União de Freguesia de Cristelos, Boim e Ordem	1 050€
Cristelos	União de Freguesia de Cristelos, Boim e Ordem	1 450€
Lodares	Junta de Freguesia de Lodares	1 750€
Nevogilde	Junta de Freguesia de Nevogilde	2 000€
Nogueira	União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga	1 400€
Ordem	União de Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem	1 150€
S. Miguel	União de Freguesias Cernadelo, Lousada (S. Miguel e Santa Margarida)	850€
Silvares	União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga	1 100 €

----- Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte, **DELIBERAÇÃO**:

----- No uso da competência prevista alínea j), do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade de 30 votos, a atribuição de apoio financeiro aos Movimentos Sêniores do concelho (adstritos às Juntas de Freguesia). -----

12.----- Regulamento “Lousada Coworking”.-----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 22 de dezembro de 2023, deliberou por unanimidade aprovar e submeter à Assembleia Municipal para aprovação do projeto de Regulamento “Lousada Coworking”, no uso das competência que lhe é conferida pela alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte, **DELIBERAÇÃO:**

----- No uso da competência prevista na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, **a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade de 30 votos, o projeto de Regulamento “Lousada Coworking”.** -----

Leostri
[assinatura]
12

13.-----Contrato-Programa para o ano de 2024, a celebrar entre a Câmara Municipal de Lousada e a Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas E.M. – Sociedade Unipessoal, Lda.-----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 30 de outubro de 2023, deliberou por unanimidade submeter à aprovação da **Assembleia Municipal de Lousada o contrato programa para o ano de 2024, a celebrar entre a Câmara Municipal e a Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas EM – Sociedade Unipessoal, Lda., em cumprindo do disposto n.º 5 do artigo 47º da Lei n.º 50/2012, de 30 de agosto do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais na sua redação atual.** -----

-----Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte, **DELIBERAÇÃO:**

-----No uso da competência prevista na n.º 5 do artigo 47º da Lei n.º 50/2012, de 30 de agosto do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais na sua redação atual, **a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade de 30 votos, o contrato programa para o ano de 2024, a celebrar entre a Câmara Municipal e a Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas EM – Sociedade Unipessoal, Lda.**-----

14.-----Relatório de Gestão – 1.º Semestre de 2023, - relativo à Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas - E.M. – Sociedade Unipessoal Lda. -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 30 de outubro de 2023, deliberou por unanimidade submeter à **Assembleia Municipal de Lousada, para apreciação do Relatório de Gestão relativo ao 1.º Semestre de 2023, apresentado pelo Fiscal Único da “Lousada Século XXI”, acompanhados pelos documentos apresentados pela respetiva Administração, nos termos do disposto no art.º 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, com a redação que lhe foi da pela lei n.º 69/2015.** -----

leastru
RFB
R

----- Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo no uso da competência prevista nos termos do disposto no art.º 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, com a redação que lhe foi dada pela lei n.º 69/2015, **a Assembleia Municipal apreciou o relatório de gestão relativo ao 1.º Semestre de 2023, apresentado pelo Fiscal Único da "Lousada Século XXI", acompanhados pelos documentos apresentados pela respetiva Administração, pelos 30 Membros Municipais presentes na sessão.** -----

15.-----Relatório de Execução Orçamental e Financeira – 3.º Trimestre 2023 da Lousada Século XXI - Atividades Desportivas e Recreativas E. M- Sociedade Unipessoal Lda.-----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 13 de novembro de 2023, deliberou por unanimidade submeter **à Assembleia Municipal de Lousada, para efeitos de acompanhamento e controlo o Relatório de Execução Orçamental e Financeira – 3.º Trimestre 2023, relativo à Lousada Século XXI - Atividades Desportivas e Recreativas E. M.- Sociedade Unipessoal Lda, nos termos do disposto n.º 1 do artigo 42.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto na sua redação atual que lhe foi dada pela Lei n.º 69/2015.** -----

-----Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo nos termos do disposto n.º 1 do artigo 42.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto na sua redação atual que lhe foi dada pela Lei n.º 69/2015, **a Assembleia Municipal apreciou para efeitos de acompanhamento e controlo o Relatório de Execução Orçamental e Financeira – 3.º Trimestre 2023, relativo à Lousada Século XXI - Atividades Desportivas e Recreativas E. M. - Sociedade Unipessoal Lda, pelos 30 Membros Municipais presentes na sessão.** -----

16.-----Plano de Atividades e Orçamento para o Exercício de 2024, da Lousada Século XXI - Atividades Desportivas e Recreativas – E.M. - Sociedade Unipessoal Lda.-----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 30 de outubro de 2023, deliberou por unanimidade **submeter à Assembleia Municipal de Lousada, para efeitos de acompanhamento e controlo o Plano de Atividades e Orçamento para o Exercício de 2024 (acompanhados com o parecer do Fiscal Único sobre os instrumentos de gestão previsional) da Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas – E.M. - Sociedade Unipessoal Lda., nos termos do disposto do artigo 42.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto na sua redação atual que lhe foi dada pela Lei n.º**

69/2015. -----

----- Intervenção do membro Municipal, **AGOSTINHO GASPAR**, da Coligação Acreditar Lousada: «Qual foi o motivo da piscina pequena estar fechada? -----

----- Resposta do Sr. Vereador, **António Augusto**, Vereador do Partido Socialista. «Houve uma análise que levantou algumas suspeitas e a Delegada de Saúde sugeriu que ficasse fechado durante uns dias. Entretanto, fizeram uma nova contra-análise e foi autorizado outra vez a abertura, foi isso.» -----

----- A Assembleia Municipal de Lousada, apreciou pelos 30 membros presentes e para efeitos de acompanhamento e controlo o Plano de Atividades e Orçamento para o Exercício de 2024 (acompanhados com o parecer do Fiscal Único sobre os instrumentos de gestão previsional) da Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas – E.M. – Sociedade Unipessoal Lda., nos termos do disposto do artigo 42.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto na sua redação atual que lhe foi dada pela Lei n.º 69/2015.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

-----Não houve cidadãos inscritos para intervir nesta Sessão Ordinária. -

----- E, nada mais havendo a tratar, a **Presidente da Assembleia Municipal, Lurdes Castro**, deu a palavra ao 1.º Secretário da Assembleia Municipal, **Rúben João Pinto Bessa**, que leu a Ata Minutada. -----

-----E, em seguida a **Presidente da Assembleia, Lurdes Castro**, submeteu à votação a Ata Minutada n.º 13/2023, que foi aprovada por unanimidade de 30 votos dos membros presentes e que fica apensa a esta ata, declarando a sessão encerrada às 01 horas e 10 minutos. -----

----- Faltaram à sessão os seguintes membros da Assembleia Municipal:

- **Luís Daniel Fernandes Peixoto**, Presidente de Junta de freguesia de Caíde de Rei (falta Justificada); -----
- **José Oliveira Nunes**, Presidente da União de freguesias de Nespereira Casais (Falta Justificada) e, -----

lcastro
[Handwritten signature]
ve

– **Armando da Costa Silva**, Presidente da União de Freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão). -----

Lousada, 28 de dezembro de 2023.

A Presidente da Assembleia Municipal

Maria de Lurdes Oliveira e Castro Maria de Lurdes Oliveira e Castro

O 1º Secretário

Rúben João Pinto Bessa Rúben João Pinto Bessa

A 2ª Secretária

Maria José Pacheco Meireles Magalhães Maria José Pacheco Meireles Magalhães

Ata aprovada na 14.ª Sessão Ordinária de 28/02/2024 por unanimidade dos membros presentes participantes na sessão ordinária de 28/12/2023.